

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	19
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	27
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	78

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	28/06/2019	Ordinária		0,47943
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	28/06/2019	Preferencial		0,52738
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	27/12/2019	Ordinária		0,47943
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	27/12/2019	Preferencial		0,52738

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	2.051.631	1.849.198
1.01	Ativo Circulante	41.722	66.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.741	16.763
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.983	1.925
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.983	1.925
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.998	48.209
1.01.08.03	Outros	22.998	48.209
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	22.971	48.006
1.01.08.03.03	Outros Créditos	27	203
1.02	Ativo Não Circulante	2.009.909	1.782.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	161.269	159.760
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.02.03	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	2.604
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	2.604
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.791	19.678
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	23.791	19.678
1.02.02	Investimentos	1.843.049	1.616.555
1.02.02.01	Participações Societárias	1.843.049	1.616.555
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	106.410	89.884
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.645.014	1.443.925
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	91.625	82.746
1.02.03	Imobilizado	19	37
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19	37
1.02.04	Intangível	5.572	5.949
1.02.04.01	Intangíveis	5.572	5.949
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.572	5.949

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	2.051.631	1.849.198
2.01	Passivo Circulante	21.689	41.717
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.003	749
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.003	749
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.003	749
2.01.02	Fornecedores	455	1.092
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	455	1.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	98	86
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	95	83
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	91	78
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	4	5
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	3
2.01.05	Outras Obrigações	20.133	39.790
2.01.05.02	Outros	20.133	39.790
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.929	39.524
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	204	266
2.02	Passivo Não Circulante	4.535	6.625
2.02.04	Provisões	4.535	6.625
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.552	1.451
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	248	147
2.02.04.02	Outras Provisões	2.983	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	2.983	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.025.407	1.800.856
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.309.052	1.302.766
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	156.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.152.857	1.146.571
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	218.677	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.638	-842.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	98.908	217.559	41.868	181.411
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.169	-17.636	-6.030	-19.805
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	529	529	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.149	0	-550	-1.605
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	103.697	234.666	48.448	202.821
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.908	217.559	41.868	181.411
3.06	Resultado Financeiro	233	706	215	883
3.06.01	Receitas Financeiras	249	760	310	1.007
3.06.02	Despesas Financeiras	-16	-54	-95	-124
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	99.141	218.265	42.083	182.294
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	99.141	218.265	42.083	182.294
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	99.141	218.265	42.083	182.294
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,42540	5,33970	1,02950	4,45970
3.99.01.02	PN	2,66790	5,87370	1,13250	4,90560
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,42540	5,33970	1,02950	4,45970
3.99.02.02	PN	2,66790	5,87370	1,13250	4,90560

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	99.141	218.265	42.083	182.294
4.03	Resultado Abrangente do Período	99.141	218.265	42.083	182.294

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.442	-19.999
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-17.014	-18.981
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	218.265	182.294
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.496	1.481
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-234.666	-202.821
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-19	-62
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-2.090	127
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.428	-1.018
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	0	-767
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-4.113	0
6.01.02.04	Fornecedores	-637	-135
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	254	-261
6.01.02.06	Tributos a Recolher	12	20
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-62	28
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	-58	124
6.01.02.10	Outras Contas - Ativos	176	-27
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	38.365	27.885
6.02.04	Dividendos Recebidos	38.365	27.885
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-16.945	-7.656
6.03.02	Dividendos Pagos	-16.945	-7.780
6.03.03	Partes Relacionadas	0	124
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22	230
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.763	25.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.741	25.278

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	27	0	0	27
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	27	0	0	27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	218.677	-412	224.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.265	0	218.265
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	412	-412	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	412	-412	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.052	218.677	-842.638	2.025.407

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	105	0	0	105
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	184.076	-1.782	182.294
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.294	0	182.294
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.782	-1.782	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.782	-1.782	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	172.999	-688.891	2.010.402

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-937	-3.057
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-937	-3.057
7.03	Valor Adicionado Bruto	-937	-3.057
7.04	Retenções	-1.496	-1.481
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.496	-1.481
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.433	-4.538
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	235.426	203.828
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	234.666	202.821
7.06.02	Receitas Financeiras	760	1.007
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	232.993	199.290
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	232.993	199.290
7.08.01	Pessoal	14.020	16.323
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.230	15.685
7.08.01.02	Benefícios	207	196
7.08.01.03	F.G.T.S.	583	442
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	431	433
7.08.02.01	Federais	264	298
7.08.02.02	Estaduais	6	8
7.08.02.03	Municipais	161	127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	277	240
7.08.03.02	Aluguéis	223	116
7.08.03.03	Outras	54	124
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.265	182.294
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.265	182.294

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	10.812.323	9.854.745
1.01	Ativo Circulante	3.950.824	4.353.420
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	627.337	698.060
1.01.03	Contas a Receber	1.391.398	1.592.693
1.01.03.01	Clientes	1.226.484	1.431.571
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.774.645	1.962.129
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-548.161	-530.558
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	164.914	161.122
1.01.04	Estoques	15.624	8.636
1.01.06	Tributos a Recuperar	124.637	63.264
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	124.637	63.264
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.791.828	1.990.767
1.01.08.03	Outros	1.791.828	1.990.767
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	1.240	89
1.01.08.03.04	Outros Créditos	247.530	221.505
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - CVA	0	226.737
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	32.299	31.433
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	1.510.759	1.511.003
1.02	Ativo Não Circulante	6.861.499	5.501.325
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.040.998	1.816.040
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.02.03	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.04	Contas a Receber	55.533	54.359
1.02.01.04.01	Clientes	165.787	166.248
1.02.01.04.02	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa-PCLD	-114.614	-114.614
1.02.01.04.03	Outras contas a receber	4.360	2.725
1.02.01.07	Tributos Diferidos	693.156	712.532
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	693.156	712.532
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	488	3.092
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	2.604
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.154.343	908.579
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.119.602	21.092
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	200.615	170.350
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	487.481	441.030
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - CVA	92.608	26.522
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	254.037	249.585
1.02.02	Investimentos	267.322	228.663
1.02.02.01	Participações Societárias	267.322	228.663
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	175.697	145.917
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	91.625	82.746
1.02.03	Imobilizado	157.853	160.066
1.02.04	Intangível	3.395.326	3.296.556
1.02.04.01	Intangíveis	3.395.326	3.296.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.387.101	3.287.592
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	8.225	8.964

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	10.812.323	9.854.745
2.01	Passivo Circulante	4.032.799	4.438.978
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	231.686	208.503
2.01.01.01	Obrigações Sociais	231.686	208.503
2.01.02	Fornecedores	913.504	1.006.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	913.504	1.006.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	287.719	223.897
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	151.886	65.373
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	105.635	17.300
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	42.492	44.238
2.01.03.01.03	Outros	3.759	3.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	134.347	156.601
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.486	1.923
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	384.105	452.478
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	294.859	321.089
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	282.959	320.322
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.900	767
2.01.04.02	Debêntures	89.246	131.389
2.01.05	Outras Obrigações	2.055.348	2.384.470
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.434	15.763
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.434	15.763
2.01.05.02	Outros	2.045.914	2.368.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.929	39.524
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.891.738	2.269.327
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - CVA	79.043	0
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	55.204	59.856
2.01.06	Provisões	160.437	162.776
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	160.437	162.776
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	160.437	162.776
2.02	Passivo Não Circulante	4.754.117	3.614.911
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.145.260	967.585
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	851.238	597.712
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	533.326	325.026
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	317.912	272.686
2.02.01.02	Debêntures	294.022	369.873
2.02.02	Outras Obrigações	1.280.060	155.412
2.02.02.02	Outros	1.280.060	155.412
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.382	46.988
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	164.644	105.948
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.476
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.076.558	0
2.02.03	Tributos Diferidos	15.063	10.144
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.063	10.144
2.02.04	Provisões	2.313.734	2.481.770
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.011.202	2.054.032
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.659	9.626

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	63.228	65.850
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.777.663	1.842.197
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	160.652	136.359
2.02.04.02	Outras Provisões	302.532	427.738
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	300.403	425.687
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.129	2.051
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.025.407	1.800.856
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.309.052	1.302.766
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	156.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.152.857	1.146.571
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	218.677	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.638	-842.226

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.027.135	5.941.477	2.220.759	5.972.715
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.662.160	5.742.547	1.822.650	5.093.130
3.01.02	Receita de Construção - CPC 47	130.161	378.186	111.270	307.959
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	234.502	-182.171	286.154	568.613
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	312	2.915	685	3.013
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.749.107	-5.176.813	-2.041.910	-5.313.703
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.427.439	-4.254.905	-1.763.322	-4.527.274
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-3.640	-8.971	-3.179	-10.083
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-187.867	-534.751	-164.139	-468.387
3.02.04	Custo de Construção - CPC 47	-130.161	-378.186	-111.270	-307.959
3.03	Resultado Bruto	278.028	764.664	178.849	659.012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-121.070	-360.303	-126.277	-336.510
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.227	-160.491	-66.347	-172.759
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-98.092	-280.296	-72.784	-221.964
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.606	46.997	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	8.035	46.346
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.643	33.487	4.819	11.867
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	156.958	404.361	52.572	322.502
3.06	Resultado Financeiro	-2.396	-58.506	19.668	-16.183
3.06.01	Receitas Financeiras	62.400	192.451	100.102	180.700
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.796	-250.957	-80.434	-196.883
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	154.562	345.855	72.240	306.319
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-55.421	-127.590	-30.157	-124.025
3.08.01	Corrente	-33.067	-103.293	-28.804	-109.498
3.08.02	Diferido	-22.354	-24.297	-1.353	-14.527
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	99.141	218.265	42.083	182.294
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	99.141	218.265	42.083	182.294
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	99.141	218.265	42.083	182.294

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,42540	5,33970	1,02950	4,45970
3.99.01.02	PN	2,66790	5,87370	1,13250	4,90560
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,42540	5,33970	1,02950	4,45970
3.99.02.02	PN	2,66790	5,87370	1,13250	4,90560

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	99.141	218.265	42.083	182.294
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	99.141	218.265	42.083	182.294
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	99.141	218.265	42.083	182.294

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/09/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	180.224	-323.322
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	419.845	546.962
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	345.855	306.319
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	169.442	160.649
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-33.487	-11.867
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-30.504	-32.316
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	156.262	80.521
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-94.575	-49.232
6.01.01.09	Juros Pagos	-80.599	-39.591
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	39.664	19.384
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-103.502	39.301
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	36.551	36.187
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-2.915	-3.013
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	17.603	39.721
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	50	899
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-239.621	-870.284
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	290.128	-596.283
6.01.02.03	Contas a Receber	184.153	-90.402
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	244	15.285
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-1.159.883	-73.138
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-30.265	-27.404
6.01.02.07	Estoques	-6.988	337
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-50.605	30.664
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	1.076.558	0
6.01.02.14	Fornecedores	-93.350	161.155
6.01.02.15	Tributos a recolher	55.104	45.841
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	12.577	-18.632
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-345.991	-276.396
6.01.02.18	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	-25.248	98.055
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-135.072	-129.407
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-10.983	-9.959
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-323.255	-303.169
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-322.090	-311.758
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-11.082	-8.358
6.02.05	Dividendos Recebidos	9.917	16.947
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	72.308	379.906
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-164.642	-139.926
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	371.562	382.736
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-16.945	-7.656
6.03.06	Ingresso de Debêntures	0	394.742
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-117.667	-249.990
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-70.723	-246.585
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	698.060	564.594
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	627.337	318.009

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	27	0	0	27	0	27
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	27	0	0	27	0	27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	218.677	-412	224.524	0	224.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.265	0	218.265	0	218.265
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	412	-412	6.259	0	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	412	-412	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.052	218.677	-842.638	2.025.407	0	2.025.407

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161	0	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053	0	-3.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158	0	-3.158
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	105	0	0	105	0	105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	184.076	-1.782	182.294	0	182.294
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.294	0	182.294	0	182.294
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.782	-1.782	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.782	-1.782	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	172.999	-688.891	2.010.402	0	2.010.402

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	9.799.855	9.627.472
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.343.753	9.270.763
7.01.02	Outras Receitas	95.519	88.471
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	378.186	307.959
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.603	-39.721
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.901.356	-5.069.322
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.348.559	-4.596.925
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-174.611	-164.438
7.02.04	Outros	-378.186	-307.959
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-378.186	-307.959
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.898.499	4.558.150
7.04	Retenções	-169.442	-160.649
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-169.442	-160.649
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.729.057	4.397.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	225.938	192.567
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.487	11.867
7.06.02	Receitas Financeiras	192.451	180.700
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.954.995	4.590.068
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.954.995	4.590.068
7.08.01	Pessoal	552.655	457.601
7.08.01.01	Remuneração Direta	466.650	387.654
7.08.01.02	Benefícios	66.157	49.944
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.848	20.003
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.916.621	3.738.845
7.08.02.01	Federais	2.142.251	2.177.883
7.08.02.02	Estaduais	1.768.934	1.555.411
7.08.02.03	Municipais	5.436	5.551
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	267.454	211.328
7.08.03.01	Juros	10.668	22.237
7.08.03.02	Aluguéis	16.497	14.445
7.08.03.03	Outras	240.289	174.646
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	51.238	29.783
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	189.051	144.863
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.265	182.294
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.265	182.294

Comentário do Desempenho



1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no terceiro trimestre de 2019 chegaram a R\$415.407 ante R\$344.848 em 2018, sendo 20,46% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	Consolidado				
	30 de setembro 2019		30 de setembro 2018		Análise Horizontal
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	402.787	96,96%	330.888	95,95%	21,73%
Recursos Próprios	343.498	-	272.697	-	-
Participação Financeira do Consumidor	59.289	-	58.191	-	-
Geração de Energia Elétrica	12.620	3,04%	13.960	4,05%	-9,60%
Participações Societárias	11.082	-	8.358	-	-
Parque Gerador Próprio	1.538	-	5.602	-	-
Total	415.407	100%	344.848	100%	20,46%

Do total investido, o maior volume de R\$402.787 foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$343.498 foram com recursos próprios (sendo R\$293.057 em materiais e serviços, R\$50.441 em mão de obra própria) e R\$59.289 foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$625 se refere à automação da Usina Rio dos Cedros, *pallet* de contenção, substituição de conduto adutor e baterias; R\$261 foram gastos com serviços de montagens, guincho, guindaste e programas ambientais, aro da Câmara UG04 para a Usina Salto; R\$84 foram utilizados no projeto executivo, montagem do rotor UG2 da Usina São Lourenço; R\$19 foram empregados no sistema de proteção, medição, automação e sensor de pressão da Usina Pery; R\$20 foram utilizados na aquisição de chave de fluxo, contentor *pallet* e ar condicionado *Split* 18.000Btus da Usina Garcia; R\$19 se refere a Reforma da Chaminé, *Pallet* de Contenção e ar condicionado de 30.000Btus da Usina Caveiras; e R\$13 foram gastos com transdutor de corrente e sonda de pressão hidrostática para a Usina Palmeiras.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 3º trimestre de 2019 com valorização de 3,74%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 6,72% no mesmo período.

Nesse mesmo período as Ações Ordinárias – ON da Companhia apresentaram desvalorização de 20%, enquanto as Ações Preferenciais – PN apresentaram desvalorização de 12,92%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2019 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %	
	30 de setembro 2019		3º TRI 2019	
				Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 43,10	-12,92%		55,15%
Celesc ON	R\$ 47,22	-20,00%		63,78%
IBOVESPA	104.745	3,74%		32,02%
IEE	68.122	6,72%		73,11%

Variações percentuais com ajuste a proventos

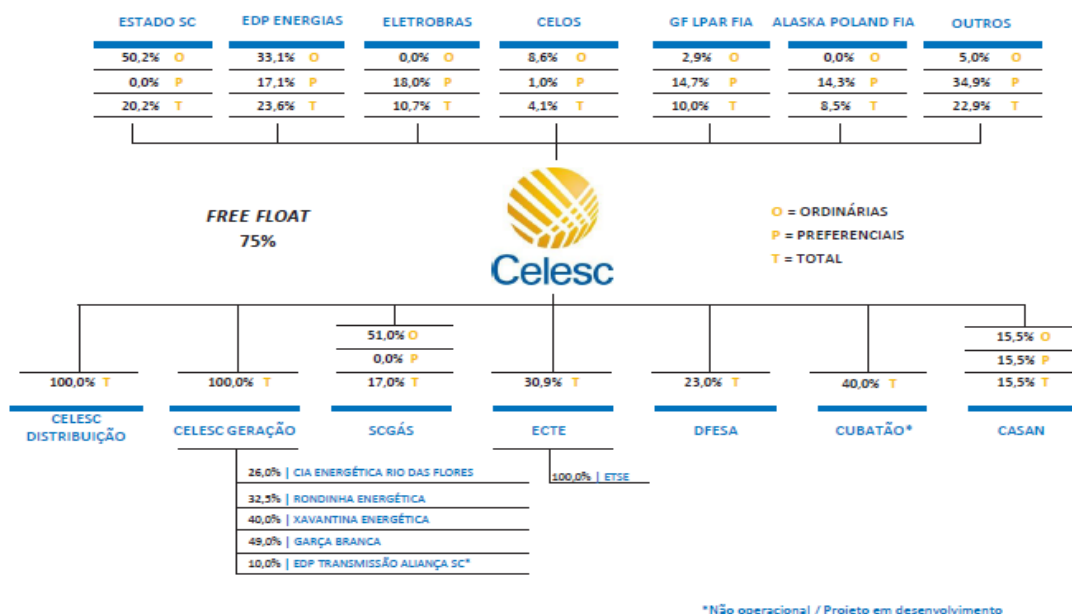
3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2019, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$47,22 (quarenta e sete reais e vinte dois centavos) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3) e R\$43,10 (quarenta e três reais e dez centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4).

Comentário do Desempenho



Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2019 está apresentada no organograma a seguir:



4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2019, com um quadro funcional de 3.404 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 5,22% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.235 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado apresentado pela Companhia, em 30 de setembro de 2019, foi de R\$218.265, representando um aumento de 19,73% se comparado ao mesmo período de 2018, que foi de R\$182.294.

O crescimento é justificado, principalmente, pela redução nos custos com energia elétrica e pelo aumento nos ganhos com equivalência patrimonial, oriundos das participações em coligadas e controladas, embora tenha sido evidenciado aumento nas despesas gerais e administrativas, sobretudo nas despesas com pessoal e nas despesas atuariais, que reduziram esse resultado.

Os principais indicadores econômicos, baseados nas informações consolidadas da Companhia em 30 de setembro de 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior, são os seguintes:

Dados Econômico-Financeiros (valores em reais mil)	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	9.724.854	9.581.735	1,49%
Receita Operacional Líquida – ROL	5.941.477	5.972.715	-0,52%
Resultado Operacional	404.361	322.502	25,38%
EBITDA	573.803	483.150	18,76%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	9,66%	8,09%	1,57 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	3,67%	3,05%	0,62 p.p.
Resultado Financeiro	(58.506)	(16.183)	261,53%
Ativo Total	10.812.323	9.516.164	13,62%
Imobilizado	157.853	153.524	2,82%
Patrimônio Líquido	2.025.407	2.010.402	0,75%
Lucro Líquido	218.265	182.294	19,73%

Comentário do Desempenho



A Companhia encerrou 30 de setembro de 2019 com Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$9.724.854, resultando em um acréscimo de 1,49% em relação ao terceiro trimestre de 2018. O crescimento decorreu, principalmente, pelo aumento aferido no consumo de energia no mercado cativo, na ordem de 2,4%.

A Receita Operacional Líquida – ROL fechou o terceiro trimestre de 2019 em R\$5.941.477, representando uma redução de 0,52%, em relação ao mesmo período de 2018, que fechou no valor de R\$5.972.715.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (valores em reais mil)	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018 (Reapresentado)
Lucro Líquido	218.265	182.294
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	127.590	124.025
Resultado Financeiro	58.506	16.183
Depreciação e Amortização	169.442	160.648
EBITDA	573.803	483.150

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de setembro 2019					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	3.945.820	17,12	9.086.688	23,56
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.000	2,96	3.400.000	14,76	3.860.000	10,01
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.312.000	14,37	3.312.000	8,59
Outros	790.552	5,09	8.012.869	34,77	8.803.421	22,82
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2019 representando 6,28% do Capital Social total da Companhia, detendo o total de 2.421.058 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	2.421.058	6,28%
Investidores Nacionais	36.150.533	93,72%
Total	38.571.591	100,00

Comentário do Desempenho



8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

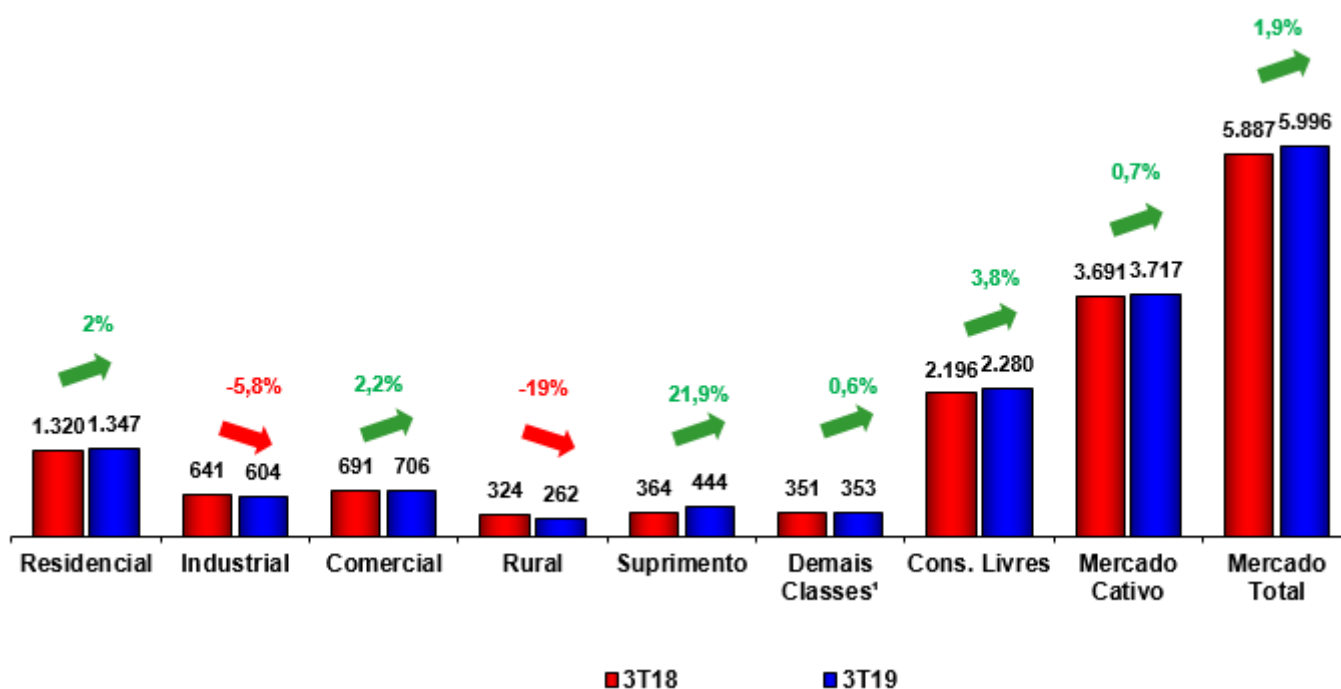
9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Cativo da Celesc D apresentou crescimento de 0,7% no terceiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.717GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo Consumidores Livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 1,9%, atingindo 5.996GWh.

No Gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o do Mercado Total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2019		2018		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum
					2019	2019	2018	2018	19-18	19-18
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	892.500	3.059.843	896.666	2.704.863	39,9%	41,3%	38,2%	38,7%	-0,5%	13,1%
Industrial	415.634	1.253.832	513.564	1.414.488	18,6%	16,9%	21,9%	20,2%	-19,1%	-11,4%
Comercial	512.272	1.790.383	520.682	1.653.999	22,9%	24,2%	22,2%	23,7%	-1,6%	8,2%
Rural	127.822	416.974	151.385	446.523	5,7%	5,6%	6,4%	6,4%	-15,6%	-6,6%
Poder Público	69.497	228.940	71.520	212.649	3,1%	3,1%	3,0%	3,0%	-2,8%	7,7%
Iluminação Pública	69.848	201.625	71.850	193.043	3,1%	2,7%	3,1%	2,8%	-2,8%	4,4%
Serviço Público	52.576	156.641	52.603	146.265	2,4%	2,1%	2,2%	2,1%	-0,1%	7,1%
Subtotal	2.140.149	7.108.238	2.278.269	6.771.830	95,8%	96,0%	97,0%	96,9%	-6,1%	5,0%
Suprimento	94.141	294.450	70.110	218.903	4,2%	4,0%	3,0%	3,1%	34,3%	34,5%
TOTAL	2.234.290	7.402.688	2.348.379	6.990.733	100%	100%	100%	100%	-4,9%	5,9%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.346.761	4.580.663	1.319.863	4.314.636	36,2%	37,2%	35,8%	36,2%	2,0%	6,2%
Industrial	604.110	1.845.091	641.009	1.899.893	16,3%	15,0%	17,4%	15,9%	-5,8%	-2,9%
Comercial	706.190	2.502.204	691.157	2.409.758	19,0%	20,3%	18,7%	20,2%	2,2%	3,8%
Rural	262.433	875.543	323.981	1.058.375	7,1%	7,1%	8,8%	8,9%	-19,0%	-17,3%
Poder Público	99.898	337.490	100.621	329.829	2,7%	2,7%	2,7%	2,8%	-0,7%	2,3%
Iluminação Pública	163.903	490.832	162.123	487.962	4,4%	4,0%	4,4%	4,1%	1,1%	0,6%
Serviço Público	89.330	274.332	88.218	270.555	2,4%	2,2%	2,4%	2,3%	1,3%	1,4%
Subtotal	3.272.624	10.906.157	3.326.972	10.771.008	88,0%	88,5%	90,1%	90,4%	-1,6%	1,3%
Suprimento	444.170	1.417.314	364.405	1.143.179	12,0%	11,5%	9,9%	9,6%	21,9%	24,0%
TOTAL	3.716.795	12.323.470	3.691.376	11.914.187	100%	100%	100%	100%	0,7%	3,4%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	662,70	667,99	679,36	626,90	110,2%	111,2%	106,8%	106,8%	-2,5%	6,6%
Industrial	688,01	679,55	801,18	744,51	114,5%	113,1%	125,9%	126,9%	-14,1%	-8,7%
Comercial	725,40	715,52	753,35	686,38	120,7%	119,1%	118,4%	117,0%	-3,7%	4,2%
Rural	487,06	476,25	467,27	421,89	81,0%	79,3%	73,4%	71,9%	4,2%	12,9%
Poder Público	695,68	678,36	710,78	644,72	115,7%	112,9%	111,7%	109,9%	-2,1%	5,2%
Iluminação Pública	426,15	410,78	443,18	395,61	70,9%	68,4%	69,7%	67,4%	-3,8%	3,8%
Serviço Público	588,56	570,99	596,29	540,61	97,9%	95,1%	93,7%	92,1%	-1,3%	5,6%
Subtotal	653,96	651,76	684,79	628,71	108,8%	108,5%	107,6%	107,1%	-4,5%	3,7%
Suprimento	211,95	207,75	192,40	191,49	35,3%	34,6%	30,2%	32,6%	10,2%	8,5%
TOTAL	601,13	600,70	636,18	586,76	100%	100%	100%	100%	-5,5%	2,4%

12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 05 de novembro de 2019

A Administração

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e em conjunto com suas controladas o “Grupo”), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por mais de 3,0 milhões de unidades consumidoras.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

a) Reajuste Tarifário Anual de 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, de 20 de agosto de 2019, homologou o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2019. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de -7,80%, sendo de -5,53%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de -9,16%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Os Encargos Setoriais têm participação de -6,87%, os Custos com Transmissão participam com 1,43%, as Despesas de Energia impactam em -0,67%, as Receitas Irrecuperáveis contribuem com -0,05%, os Custos da Distribuidora participam com 0,86%, os Componentes Financeiros do processo atual acarretam com 3,18% e o efeito da retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior é de -5,70%.

Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a ANEEL considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais.

Na composição da Receita Líquida para o período 2019-2020, a Parcela A (custos não gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 79,34%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 20,66%, definida no valor de R\$1,637 bilhões.

b) Bandeiras Tarifárias

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para 2019 são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$1,00 a cada 100Kwh (a partir de Junho/2019: R\$1,50 a cada 100Kwh);

Notas Explicativas

- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,00 a cada 100Kwh (a partir de Junho/2019: R\$4,00 a cada 100Kwh);
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$5,00 a cada 100Kwh (a partir de Junho/2019: R\$6,00 a cada 100Kwh).

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET submódulo 6.8, pelos seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde: quantil estatístico da FDA associado à probabilidade de 75%;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 75% e 85%;
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha: intervalo da FDA compreendido entre os quantis 85% e 95%;
- iii-a) Patamar 1: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 85% e 90%; e
- iii-b) Patamar 2: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 90% e 95%.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no ano de 2019 foram:

Mês	Bandeira	Repasso da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repasso da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Verde	7.209	-	280/2019
Fevereiro	Verde	2.809	-	629/2019
Março	Verde	4.149	-	979/2019
Abril	Verde	2.209	-	1.253/2019
Mai	Amarela	2.753	-	1.525/2019
Junho	Verde	4.451	-	1.862/2019
Julho	Amarela	3.171	-	2.081/2019
Agosto	Vermelha 1	-	6.739	2.422/2019
Setembro	Vermelha 1	4.874	-	2.703/2019

c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com Ação Judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, esta decisão foi atendida pela ANEEL quando da homologação dos processos tarifários seguintes, sendo que no momento a Celesc D permanece discutindo o mérito da ação em segunda instância do poder judiciário, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela CCEE.

Tendo em vista que houve em primeira instância uma decisão favorável à ANEEL proferida nos autos de forma que ocorreu a cassação do efeito de tutela antecipada em desfavor da Celesc D, a Superintendência de Gestão Tarifária – SGT foi instruída a dar o tratamento no processo de 2019 e repassar o valor para o consumidor.

A Celesc solicitou administrativamente à ANEEL que o repasse ao consumidor fosse diferido ao longo de 5 eventos tarifários de forma a manter uma baixa volatilidade tarifária, o que foi atendido pelo órgão regulador.

O atendimento pela ANEEL deu-se de forma parcial tendo sido considerado no processo tarifário de 2019 apenas 1/5 do valor. A amortização do saldo remanescente será novamente discutida em 2020 pelo Diretor-Relator do processo a ser sorteado, podendo ser mantido o critério de diferimento em 2020 ou a devolução ao consumidor integral do saldo de 4/5 do valor.

Caso a Celesc D obtenha vitória no seu recurso jurídico o valor será novamente revertido para a Empresa.

A Nota 27, item “a”, subitem “iv”, que trata das Contingências Regulatórias Prováveis descreve em números a evolução do evento relatado acima.

d) Reversão de Item Financeiro: Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE 2015 e CVA CDE (RTA de 2015 e RTP de 2016)

Conforme salientado na Nota Técnica nº 194/2015-SGT/ANEEL16, que instruiu o RTA de 2015 da Celesc D, a reversão do componente financeiro do RTE 2015 não foi realizada, em virtude da discussão judicial a respeito do pagamento das cotas e recebimentos dos subsídios da CDE. Da mesma forma não havia sido considerado nos processos tarifários anteriores a constituição de CVA CDE relativa ao mesmo período.

Notas Explicativas

Neste processo tarifário de 2019, os valores relativos ao período foram integralmente reconhecidos e considerados, em consonância com os valores apurados e contabilizados pela Celesc D.

Administrativamente, o acordo de parcelamento da CDE ainda não foi encerrado pela ANEEL, de forma que, foi inserido no processo uma observação que possibilita revisar os valores considerados, caso haja posição desfavorável nos processos.

O Item 28 do Voto atribuído ao Diretor-Relator do Processo possui a seguinte redação:

“Diante dos argumentos e dos documentos apresentados pela Concessionária, bem como da análise da Superintendência, conquanto a decisão esteja vigente, neste momento impõe-se acatar o pleito da Celesc-DIS, de tal forma que as diferenças entre pagamento e cobertura sejam apuradas nas datas de pagamento originais, naturalmente sem prejuízo de futura análise, eventualmente no processo administrativo específico nº 48500.003205/2017-9919, no cenário de decisão de mérito em processo judicial que seja desfavorável à concessionária.”

A Nota 26, que trata das Taxas Regulamentares, descreve em números a evolução do evento relatado acima.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Celesc G responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs, 1 (uma) Pequena Central Hidrelétrica – PCH, e 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G, além de investimentos em parceria com investidores privados, sendo 6 (seis) geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e 1 (uma) transmissora de energia elétrica.

2.1.2.1. Parque Gerador

2.1.2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	N/A
CGH Piraí	Joinville/SC	*	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	N/A
Total			106,97	67,19	

* Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

N/A – Não se Aplica.

2.1.2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Outros projetos de propriedade integral da Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Em construção
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D**	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	N/D**	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D**	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	*	0,00	1,00	1,00	N/D**	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	10,00	13,83	N/D**	Estudo de Inventário
Total			48,73	47,55	96,28		

* Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

** Depende de Trâmites Regulatórios;

N/D – Não Disponível.

Notas Explicativas

2.1.2.1.3. Novos Empreendimentos de Geração em Operação – Participação Minoritária

O parque de geração em parceria com investidores privados no formato de SPE, em operação comercial, possui 31,78MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 11,24MW, conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
CGH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
CGH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,26

2.1.2.1.4. Transferência de Participação Minoritária em Empreendimentos de Geração em Desenvolvimento

A Celesc G possuía participação societária em outro empreendimento, ainda em estágio de desenvolvimento, conforme a tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	20,4%	2,04	N/D	*
Total			9,95		2,04		

* Processo de alienação concluído em 07/2019;

N/D – Não Disponível.

Em 10 de dezembro de 2018, tal empreendimento enviou à ANEEL um pedido de anuência prévia para operação de alteração de controle direto de agente de geração de energia elétrica, que foi atendido por meio do Despacho nº 045 de 08 de janeiro de 2019.

As tratativas para transferência desta participação às empresas Alfa Gestão de Negócios Ltda. (50%) e Ecco Energy Investimento e Participações Ltda. (50%) foram concluídas com a anuência da ANEEL.

Destaca-se, ainda, que no segundo trimestre de 2019, a Celesc G concluiu o processo de transferência da totalidade de sua participação na PCH Paniel à empresa Astic EN Participações S.A., que era um outro empreendimento em estágio de desenvolvimento.

2.1.2.2. Empreendimentos de Transmissão

2.1.2.2.1. Empreendimento de Transmissão – Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc D conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de Linhas de Transmissão e uma Subestação, conforme a seguir:

	Origem	Destino	Circuito	Extensão (KM)	Tensão (kV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	CS	27,8	230
Total			CS/CD	433,1	525/230
SUBESTAÇÃO	SE 525kV/230kV SIDERÓPOLIS 2		-	-	525/230

Notas Explicativas

As licenças ambientais de instalação estão sendo emitidas por trecho, sendo que até o final do terceiro trimestre de 2019 estavam emitidas as licenças da Subestação e do Trecho SE Biguaçu – SE Siderópolis 2, sendo que nestes trechos as obras foram iniciadas.

Em setembro, último, a SPE aprovou o Plano de Negócios que prevê a instalação de um novo autotransformador 525kV/230kV, conforme solicitado pela ANEEL em janeiro de 2019 e aprovado pela agência em julho.

A implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de concessão nº 39/2017 celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC e a ANEEL.

O investimento previsto pela ANEEL é de R\$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP de R\$5 milhões.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc Geração
EDP Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.568	433	10,0%

2.1.2.3. Ambiente Regulatório

2.1.2.3.1. Projetos de Ampliação e Concessões Prorrogadas

a) Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão das obras até novembro de 2021.

Em 2018, o Projeto Básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, sendo que essa nova configuração prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3MW no aproveitamento (passando de 7,2MW para 8,3MW e totalizando 13,92MW de capacidade instalada).

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do Projeto Básico da Ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º Leilão de Energia Nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE definiu a Garantia Física do projeto. As obras iniciaram em julho de 2019.

Destaca-se também que a Celesc G participou do Leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023. O Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão nº 3/2019 foi publicado dia 03 de outubro de 2019.

Ampliação da Usina Salto Weissbach

Em 2018 foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de Ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28MW.

Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação junto ao Instituto de Meio Ambiente de SC – IMA/SC e em análise pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Após a conclusão das etapas acima, a ANEEL deverá calcular a remuneração deste projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras

Em 2018, a ANEEL dispensou o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio para os projetos de Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras, conforme solicitado em 2016. Deste modo, a próxima etapa prevista pela Empresa é de realizar a consolidação dos projetos básicos de ampliação das referidas Usinas, para posterior encaminhamento à ANEEL.

Ampliação CGH Caveiras

Notas Explicativas

Foi protocolado na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

Em 12 de dezembro de 2018, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG emitiu a Nota Técnica nº 565/2018, a fim de conceder à Celesc G o registro para revisão do inventário do rio Caveiras.

Em 14 de dezembro de 2018, foi publicado o Despacho nº 3.005/2018, conferindo o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

O estudo de inventário do rio, em fase de contratação, é fundamental para o encaminhamento do projeto básico de ampliação para aprovação da ANEEL.

Reativação da CGH Maruim

A CGH Maruim, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc G o projeto para reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do Projeto Básico, sendo que essa nova configuração prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2002.

Desde 2018 o projeto conta com licença ambiental prévia emitido pelo IMA/SC, sendo que aguarda a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI para dar continuidade às próximas etapas, visando a reativação da Usina.

b) Concessões Prorrogadas

Concessão Usina Pery

A Usina Pery teve a sua concessão prorrogada por mais 30 anos, com vigência a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A indenização dos ativos não amortizados, referente à ampliação concluída em 2013 será paga à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, cujo regramento está em definição pela ANEEL.

2.1.2.3.2. Fator de Ajuste da Garantia Física

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* – *GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais.

Em agosto de 2018 o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR nos autos nº 1015846-64.2017.4.01.3400 perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Atualmente o IRDR está aguardando a admissão pelo TRF da 1ª Região. Caso restar admitido o IRDR, o Relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação. Em junho de 2019 foi publicado despacho pelo Juízo competente, determinando a suspensão por mais 60 dias, considerando a não apreciação do IRDR pelo TRF1.

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que vem constituindo significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico. Recentemente o governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Provisória nº 814/2018, a qual se encontra atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Neste contexto, a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

Notas Explicativas

2.1.2.3.3. Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG de 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.587 de 23 de julho de 2019, homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG (R\$)	Receita Mensal (R\$)
		Ciclo 2019/2020	Julho/2019 a Junho/2020
Pery	Celesc G	9.813.481,68	817.790,14
Garcia	Celesc G	10.122.039,41	843.503,28
Bracinho	Celesc G	13.113.790,03	1.092.815,84
Cedros	Celesc G	9.595.876,71	799.656,39
Palmeiras	Celesc G	20.085.497,84	1.673.791,49
Salto	Celesc G	6.818.340,73	568.195,06

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (17%); Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro (41%), Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – Mitsui Gás (41%) e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás (1%).

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento autuada sob o nº 0011447-19.2013.8.24.0023, em face de SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis.

Em 03 de junho de 2019 foi admitido o recurso especial do Estado de Santa Catarina e da Celesc, contudo, indeferido o pedido de efeito suspensivo/tutela de urgência em ambos. Ainda nesta data, não foi admitido o recurso extraordinário e foi indeferido o pedido de efeito suspensivo/tutela de urgência. Dessa decisão, em 28 de junho de 2019, o Estado de Santa Catarina interpôs Agravo que está pendente de julgamento. No dia 05 de julho de 2019 foram intimados os procuradores dos Agravados para apresentarem contrarrazões a esse recurso de Agravo.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica, sendo constituída como sociedade anônima de capital fechado em 08 de agosto de 2000.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV, com 252,5km de extensão de linhas, entre as subestações de Campos Novos/SC e Blumenau/SC. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social total da ECTE, Alupar, com 50,02%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19,10%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista/SC (525kV/230kV) e Gaspar/SC (230kV/138kV).

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998, entrou em operação em 05 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência de 35 anos a partir de 1998, com capacidade instalada

Notas Explicativas

de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% do Capital Social total da empresa, Gerdau 51,82%, Copel 23,03% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2,12%.

2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

A Usina Cubatão, é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville/SC, com potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, extinguiu a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL.

A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A sociedade vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.

2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável em sua área de concessão, sendo a Celesc detentora de 15,48% do Capital Social total da empresa. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Participações e Parcerias S.A. – SCPar 18,03% e Codesc 2,28%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

2.2.5. EDP Transmissão Aliança SC

A implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017 celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC e a ANEEL.

Em 10 de janeiro de 2019 a ANEEL enviou à SPE Aliança o Ofício nº 011/2019 informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTEE 2018, emitido pelo MME, a instalação do terceiro autotransformador 525kV/230kV, 3 X 224MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A., solicitando o envio de informações técnicas e financeiras detalhadas relativas a esta melhoria até 30 de abril de 2019.

Após o atendimento ao solicitado pela ANEEL, em 31 de julho de 2019 a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 501/2019-SCT/ANEEL autorizando a implantação do reforço. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea a da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado. O investimento previsto é de R\$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP no montante de R\$5 milhões.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, são:

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações Financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva em 05 de novembro de 2019.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

Notas Explicativas

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7)
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
- e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 27)
- g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 11a e 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
- j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota 19).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes a Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado e Demonstração do Valor Adicionado Consolidado do período findo em 30 de setembro de 2018, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*) e o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34 – Interim Financial Reporting*).

Essas reclassificações impactaram qualitativamente o Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

4.2.1. Demonstração do Resultado do Período

Descrição	30 de setembro 2018	Reclassificação	Consolidado
			30 de setembro 2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 31.1)	5.972.715	-	5.972.715
Receita das Vendas e Serviços	5.093.130	-	5.093.130
Receita de Construção – CPC 47	307.959	-	307.959
Receita Parcela A – CVA	568.613	-	568.613
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	3.013	-	3.013
Custos de Vendas /Serviços Prestados (Nota 31.2)	(5.286.499)	(27.204)	(5.313.703)
Custo das Mercadorias Vendidas (Nota 4.3)	(4.500.070)	(27.204)	(4.527.274)
Custo dos Produtos Vendidos	(10.083)	-	(10.083)
Custo dos Serviços Prestados	(468.387)	-	(468.387)
Custo de Construção – CPC 47	(307.959)	-	(307.959)
Lucro Bruto	686.216	(27.204)	659.012
Despesas Operacionais	(336.510)	-	(336.510)
Vendas (Nota 31.2)	(172.759)	-	(172.759)
Gerais e Administrativas (Nota 31.2)	(221.964)	-	(221.964)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas (Nota 31.2)	46.346	-	46.346
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 17.b)	11.867	-	11.867
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	349.706	(27.204)	322.502
Receitas Financeiras (Nota 4.3 e Nota 31.3)	182.509	(1.809)	180.700
Despesas Financeiras (Nota 4.3 e Nota 31.3)	(225.896)	29.013	(196.883)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	306.319	-	306.319
IRPJ e CSLL Corrente	(109.498)	-	(109.498)
IRPJ e CSLL Diferido	(14.527)	-	(14.527)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	182.294	-	182.294

4.2.2. Demonstração do Valor Adicionado

Descrição	30 de setembro 2018	Reclassificação	Consolidado
			30 de setembro 2018 (Reapresentado)
Receitas	9.627.472	-	9.627.472
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.270.763	-	9.270.763
Receita de Construção – CPC 47	307.959	-	307.959
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(39.721)	-	(39.721)
Outras Receitas	88.471	-	88.471
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.042.118)	(27.204)	(5.069.322)
Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos (Nota 4.3)	(4.569.721)	(27.204)	(4.596.925)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(164.438)	-	(164.438)
Custo de Construção – CPC 47	(307.959)	-	(307.959)
Valor Adicionado Bruto	4.585.354	(27.204)	4.558.150
Depreciação e Amortização	(160.649)	-	(160.649)
Valor Adicionado Líquido	4.424.705	(27.204)	4.397.501
Valor Adicionado Recebido em Transferência	194.376	(1.809)	192.567
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.867	-	11.867
Receitas Financeiras (Nota 4.3)	182.509	(1.809)	180.700
Valor Adicionado a Distribuir	4.619.081	(29.013)	4.590.068
Pessoal	(457.601)	-	(457.601)
Remuneração Direta	(387.654)	-	(387.654)
Benefícios	(49.944)	-	(49.944)
FGTS	(20.003)	-	(20.003)
Impostos, Taxas e Contribuições	(3.738.845)	-	(3.738.845)
Federais	(2.177.883)	-	(2.177.883)
Estaduais	(1.555.411)	-	(1.555.411)
Municipais	(5.551)	-	(5.551)
Remuneração de Capital de Terceiros	(240.341)	29.013	(211.328)
Juros	(22.237)	-	(22.237)
Aluguéis	(14.445)	-	(14.445)
Variações Monetárias e Cambiais	(29.783)	-	(29.783)
Outras Despesas de Financiamentos (Nota 4.3)	(173.876)	29.013	(144.863)
Remuneração de Capitais Próprios	(182.294)	-	(182.294)
Dividendos	-	-	-
Lucro Retido do Período	(182.294)	-	(182.294)
Valor Adicionado Distribuído	(4.619.081)	29.013	(4.590.068)

Notas Explicativas

4.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

A Companhia a partir de janeiro de 2019, passou registrar as variações cambiais referente às aquisições de energia elétrica para revenda oriundas de Itaipu na rubrica "Custo de Energia", por entender que se trata de valores que serão reconhecidos pela ANEEL na data do reajuste tarifário da Celesc D.

4.4. Novas Normas e Interpretações

4.4.1. IFRS 16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o *IFRS 16/CPC 06* – “Operações de Arrendamento Mercantil”. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS 16* entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019 e substitui o *IAS 17/CPC 06* – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

4.4.2. IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o *IFRIC 23/ICPC 22* – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da *IAS 12/CPC 32* – “Tributos sobre o Lucro” quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

A Companhia realizou uma análise pertinente aos assuntos e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das novas normas.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Risco de Liquidez

Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

							Consolidado
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Partes Relacionadas		-	-	488	-	-	488
Contas a Receber		1.315.751	47.197	28.450	45.715	5.458	1.442.571
Caixa e Equivalente de Caixa		627.337	-	-	-	-	627.337
Depósitos Judiciais		-	-	-	200.615	-	200.615
Subsídio CDE *		1.510.759	-	-	-	-	1.510.759
Ativo Financeiro – CVA		-	-	-	103.975	-	103.975
Bonificação Outorga	IPCA	2.837	5.599	24.135	105.271	179.888	317.730
Total Ativo		3.456.684	52.796	53.073	455.576	185.346	4.203.475
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,30%	3.132	-	121.840	588.558	-	713.530
Empréstimo Bancário	7,40% a.a.	329	-	154.070	-	-	154.399
Eletrobras	5% a.a.	257	501	1.387	3.942	742	6.829
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	725	1.335	6.011	15.636	-	23.707
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a. a 1,9% a.a.	3.604	-	51.117	229.741	-	284.462
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	728	35.763	112.105	-	148.596
Fornecedores		459.969	453.482	53	-	-	913.504
Encargos Setoriais – CDE		1.631.408	-	-	-	-	1.631.408
Passivo Financeiro – CVA		6.600	13.225	60.321	-	-	80.146
Reserva Mat. a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	12.321	10.555	49.706	349.499	28.942	451.023
BID	CDI + 0,89% a.a.	11.934	-	-	9.448	438.001	459.383
Total Passivo		2.130.279	479.826	480.268	1.308.929	467.685	4.866.987

* Decreto nº 7.891/13

Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados, por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

5.2.2. Categoria Processo

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

Notas Explicativas

5.2.4. Pessoal

Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.5. Risco de Informação e Tecnologia

Acesso a Informações e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Classe de Risco de Compliance

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a Companhia a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da Companhia, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, mais especificamente na valoração da Base de Remuneração Regulatória – BRR, resultando em Parcela B inferior ao esperado.

Extinção da Concessão

a) Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi ¹	FECi ²	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR ³]}≤1/0,8*SELIC ⁴	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

¹ DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

³ QRR - Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

⁴ Selic - limitada a 12,87% a.a.

Notas Explicativas

b) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

5.4. Risco Estratégico

5.4.1. Risco de Governança

Imagem

Risco de queda no nível de reputação da Companhia perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Risco de Estratégia

Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2019:

				Consolidado	
Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI (%)			4,75%	5,94%	7,13%
	Aplicações Financeiras (Nota 9)	518.366	24.622	30.791	36.959
	Empréstimos (Nota 23) (i)	(967.937)	(45.977)	(2.184)	(104)
	Debêntures (Nota 24)	(383.268)	(18.205)	(22.766)	(27.327)
SELIC			4,74%	5,93%	7,11%
	Ativo Financeiro – CVA (Nota 13.1)	13.565	643	804	964
	Parcelamento CDE (Nota 26)	(135.055)	(6.402)	(8.009)	(9.602)
IPCA (%)			2,89%	3,61%	4,34%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	207.268	5.990	7.482	8.995
	Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	286.336	8.275	10.337	12.427
	Reserva Matemática a Amortizar (Nota 6)	(390.229)	(11.278)	(14.087)	(16.936)
(i) Apenas os empréstimos indexados pelo CDI					

(i) Apenas os empréstimos indexados pelo CDI

Notas Explicativas

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total.

A Dívida Líquida, por sua vez, corresponde ao total de Empréstimos e Financiamentos, (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e Debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a Dívida Líquida.

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 23)	816.285	645.348
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 23)	329.812	273.453
Debêntures (Nota 24)	383.268	501.262
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	(627.337)	(698.060)
Dívida Líquida	902.028	722.003
Total do Patrimônio Líquido	2.025.407	1.800.856
Total do Capital	2.927.435	2.522.859
Índice de Alavancagem Financeira (%)	30,81%	28,62%

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2019. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Indenizatório – Concessão (Nota 14)	487.481	441.030
Total do Ativo	624.959	578.508

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Notas Explicativas

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de setembro de 2019.

Consolidado				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	4.744.446	487.481	137.478	5.369.405
Caixa e Equivalentes de Caixa	627.337	-	-	627.337
Contas a Receber de Clientes	2.105.346	-	-	2.105.346
Partes Relacionadas	488	-	-	488
Depósitos Judiciais	200.615	-	-	200.615
Subsídio CDE (*)	1.510.759	-	-	1.510.759
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	-	487.481	-	487.481
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	286.336	-	-	286.336
Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	13.565	-	-	13.565
Outros	-	-	217	217
Passivo	2.842.531	1.631.408	-	4.473.939
Fornecedores	913.504	-	-	913.504
Eletrobrás	6.187	-	-	6.187
Empréstimos Moeda Nacional	810.097	-	-	810.097
Empréstimo Moeda Estrangeira	329.812	-	-	329.812
Debêntures	383.268	-	-	383.268
Partes Relacionadas	9.434	-	-	9.434
Reserva Matemática a Amortizar	390.229	-	-	390.229
Encargos Setoriais – CDE	-	1.631.408	-	1.631.408

(*) Decreto nº 7.891/13

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	5.206.281	441.030	137.478	5.784.789
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.060	-	-	698.060
Contas a Receber de Clientes	2.289.499	-	-	2.289.499
Partes Relacionadas	3.092	-	-	3.092
Depósitos Judiciais	170.350	-	-	170.350
Subsídio CDE (*)	1.511.003	-	-	1.511.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	-	441.030	-	441.030
Ativo Financeiro – CVA	253.259	-	-	253.259
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	281.018	-	-	281.018
Outros	-	-	217	217
Passivo	4.937.199	-	-	4.937.199
Fornecedores	1.006.854	-	-	1.006.854
Eletrobrás	14.865	-	-	14.865
Empréstimos	630.483	-	-	630.483
BID	273.453	-	-	273.453
Debêntures	501.262	-	-	501.262
Partes Relacionadas	15.763	-	-	15.763
Reserva Matemática a Amortizar	424.593	-	-	424.593
Encargos Setoriais – CDE	2.069.926	-	-	2.069.926

(*) Decreto nº 7.891/13

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Consolidado		
Descrição	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	697.436	800.485
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	721.995	810.699
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	685.915	678.315
Total	2.105.346	2.289.499

Notas Explicativas

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. ESTOQUES

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Almoxarifado	15.493	8.494
Outros	131	142
Total	15.624	8.636

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Recursos em Banco e em Caixa	34	308	108.971	120.960
Aplicações Financeiras	16.707	16.455	518.366	577.100
Total	16.741	16.763	627.337	698.060

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.358.800 Ações Ordinárias – ON, e 55.357.200 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan, a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2035), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,99% a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,75% a.a. (meta central de inflação a partir de 2021). O custo da dívida após os impostos é de 7,13% a.a. e o custo do capital próprio de 16,3% a.a. Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 30 de setembro de 2019.

Conciliação do Valor Contábil

Descrição	Controladora	Consolidado
	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2017	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2018	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 30 de setembro de 2019	137.261	137.261

Notas Explicativas

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Consumidores	999.951	238.011	608.698	1.846.660	2.069.889
Residencial	224.237	143.233	102.831	470.301	472.562
Industrial	106.896	38.440	361.373	506.709	550.640
Comércio, Serviços e Outros	126.787	43.402	107.225	277.414	297.849
Rural	34.917	10.530	9.561	55.008	84.194
Poder Público	46.418	2.333	9.429	58.180	61.504
Iluminação Pública	21.697	8	16.941	38.646	36.845
Serviço Público	18.942	65	1.338	20.345	20.520
Receita não faturada	420.057	-	-	420.057	545.775
Suprimento a Outras Concessionárias	182.448	5.904	70.334	258.686	219.610
Concessionárias e Permissionárias	162.998	5.904	19.065	187.967	121.855
Transações no Âmbito da CCEE	12.716	-	28.530	41.246	62.769
Outros Créditos	-	-	22.739	22.739	28.174
Receita não faturada	6.734	-	-	6.734	6.812
Total	1.182.399	243.915	679.032	2.105.346	2.289.499
PECLD com Clientes (b)				(662.775)	(645.172)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido				1.442.571	1.644.327
			Circulante	1.391.398	1.592.693
			Não Circulante	51.173	51.634

PECLD – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vencidos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Consumidores		
Residencial	102.823	101.233
Industrial	230.016	225.637
Têxtil (i)	114.614	114.614
Comércio, Serviços e Outras	106.505	92.933
Rural	8.593	18.271
Poder Público	11.371	11.287
Iluminação Pública	16.477	15.862
Serviço Público	1.337	1.321
Concessionárias e Permissionárias (ii)	44.712	31.469
Consumidores Livres	1.313	8.829
Outros	25.014	23.716
Total	662.775	645.172
Circulante	548.161	530.558
Não Circulante	114.614	114.614

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	645.172
Provisão Constituída no Período	40.137
Baixas de Contas a Receber	(22.534)
Saldo em 30 de setembro de 2019	662.775

Notas Explicativas

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, embora a Celesc tenha votado pela sua não aprovação e assim pela falência da empresa. Portanto, a probabilidade de recebimento do referido valor é remota na avaliação da Administração, vindo a Celesc D a constituir provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.795.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114.614
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	114.614

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$28.530 em 30 de setembro de 2019, sendo que ao longo deste exercício foram revertidos R\$4.268 devido ao seu recebimento.

b.3) Movimentação da PECLD da GSF

	Consolidado
Descrição	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.035
Provisão Constituída no Período	3.763
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(4.268)
Saldo em 30 de setembro de 2019	28.530

12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Consolidado	
Outros Créditos a Receber	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	247.530	221.505
Pessoal a Disposição	819	2.888
Adiantamento Proinfa	17.098	17.098
Adiantamentos Diversos	15.739	334
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	57.949	51.778
Compartilhamento de Infraestrutura	30.087	10.441
Conta Bandeiras	4.874	13.210
Programa Baixa Renda	50.134	50.240
Eletrosul (i)	20.455	34.643
Diferenças Reembolso CDE (ii)	31.781	-
Outras Contas	18.594	40.873
Não Circulante	4.360	2.725
Outras Contas	4.360	2.725
Total	251.890	224.230

(i) Despacho ANEEL nº 4.171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul (Nota 31.2 – c)

(ii) Diferença estimada entre valores de descontos tarifários concedidos e subsídio da CCEE

Notas Explicativas

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Ativos/Passivos Financeiros – CVA	Consolidado									
	31 de dezembro 2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	30 de setembro 2019	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	906.684	250.953	(532.561)	16.666	-	641.742	410.892	230.850	435.259	206.483
Energia	751.541	138.019	(411.036)	14.989	-	493.513	333.157	160.356	350.083	143.430
Proinfa	5.295	19.300	(6.986)	543	-	18.152	18.152	-	18.152	-
Transporte Rede Básica	61.940	40.512	(57.256)	704	-	45.900	18.671	27.229	21.545	24.355
Transporte de Energia	16.027	7.254	(11.168)	81	-	12.194	8.921	3.273	9.267	2.927
CDE	41.303	1.386	(41.303)	-	-	1.386	-	1.386	146	1.240
Neutralidade da Parcela A	30.578	7.752	-	276	-	38.606	-	38.606	4.075	34.531
Outros	-	36.730	(4.812)	73	-	31.991	31.991	-	31.991	-
CVA Passiva	(653.425)	(268.132)	367.570	(8.422)	(65.768)	(628.177)	(506.699)	(121.478)	(514.302)	(113.875)
Sobrecontratação Energia	(68.155)	-	50.830	(1.168)	(65.768)	(84.261)	(58.826)	(25.435)	(61.511)	(22.750)
ESS (*)	(345.759)	(111.117)	210.110	(7.914)	-	(254.680)	(214.682)	(39.998)	(218.904)	(35.776)
CDE	(88.238)	(75.723)	14.967	5.213	-	(143.781)	(143.781)	-	(143.781)	-
Neutralidade da Parcela A	(12.529)	(61.548)	19.257	(2.193)	-	(57.013)	(57.013)	-	(57.013)	-
Devoluções Tarifárias	(99.383)	(19.744)	33.045	(2.360)	-	(88.442)	(32.397)	(56.045)	(33.093)	(55.349)
Outros	(39.361)	-	39.361	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Ativa/(Passiva)	253.259	(17.179)	(164.991)	8.244	(65.768)	13.565	(95.807)	109.372	(79.043)	92.608

(*) Encargos de Serviços do Sistema

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	-	296.648
CVA 2019 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	20.438	145.461
CVA 2019 – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	152.246	-
Total – CVA	172.684	442.109
Outros Itens – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	-	(175.601)
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(116.245)	(13.249)
Outros Itens – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	(42.874)	-
Total – Outros Itens – CVA	(159.119)	(188.850)
Total	13.565	253.259

13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587, de 23 de julho de 2019;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Consolidado					
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2018	40.947	58.666	44.826	26.966	109.613	281.018
Atualização Monetária	880	1.260	964	577	2.364	6.045
Juros	3.687	5.357	3.957	2.761	8.697	24.459
Amortização/Baixa	(3.791)	(5.474)	(4.062)	(2.786)	(9.073)	(25.186)
Em 30 de setembro de 2019	41.723	59.809	45.685	27.518	111.601	286.336
					Circulante	32.299
					Não Circulante	254.037

Notas Explicativas

14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	485.060	438.609
Em Serviço	207.268	183.762
Em Curso	277.792	254.847
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	487.481	441.030

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Montante
Em 31 de dezembro de 2018	438.609
(+) Novas Aplicações	20.641
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	22.945
(+) Ajuste VNR (i)	2.915
(-) Resgate	(50)
Em 30 de setembro de 2019	485.060

(i) A Celesc D reconheceu até 30 de setembro de 2019, o montante de R\$2.915, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Usina Bracinho	85	85
Usina Cedros	195	195
Usina Salto	1.906	1.906
Usina Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

15. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	1.076.558	-
ICMS	-	-	52.741	44.461
PIS/COFINS	-	-	21.229	21.234
IRPJ/CSLL	1.983	1.925	91.744	16.696
Outros	-	-	1.967	1.965
Total	1.983	1.925	1.244.239	84.356
Circulante	1.983	1.925	124.637	63.264
Não Circulante	-	-	1.119.602	21.092

Notas Explicativas

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos ao pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária (Nota 27).

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Em 01 de abril de 2019 a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS e COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos referidos tributos pagos. Os valores recolhidos a serem creditados em favor da Celesc D correspondem ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014, em razão da limitação temporal conferida na decisão em razão da superveniência da Lei Federal nº 12.973/2014. A Celesc D possui reconhecido o montante de R\$1,076 bilhões de tributos a recuperar, atualizado monetariamente em conformidade com a solução de consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018 em contrapartida de Outros Passivos Não Circulantes – Consumidores. A Companhia aguarda habilitação dos créditos pela Receita Federal para posteriormente compensá-los com tributos a vencer e aguarda ainda definição da ANEEL acerca do modelo de repasse aos consumidores.

Além disso, destaca-se que a Companhia ingressou com outra ação judicial, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante, a qual aguarda julgamento de mérito. Em paralelo destaca-se que tramita no STF o recurso extraordinário nº 574706/PR que trata da matéria em âmbito de repercussão geral, cuja definição da modulação dos efeitos da decisão de mérito é aguardada pela Companhia. A Suprema Corte pautou o julgamento para 05 de dezembro de 2019.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo circulante e não circulante e a movimentação no resultado do período são:

a) A tabela abaixo apresenta a movimentação no resultado do período.

Descrição	Controladora	Consolidado	
	Receitas Financeiras	Tributos/Deduções da Receita	Receitas Financeiras
Governo do Estado de SC:			
ICMS	-	1.555.331	-
Receita de Vendas	-	-	64.242
Rede Subterrânea (i)	62	-	62
Em 30 de setembro de 2018	62	1.555.331	64.242
Governo do Estado de SC:			
ICMS	-	1.768.888	-
Receita de Vendas	-	-	69.943
Rede Subterrânea (i)	19	-	19
Em 30 de setembro de 2019	19	1.768.888	69.943

b) A tabela abaixo apresenta os Saldos e Transações no período.

Descrição	Controladora	Consolidado				
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Tributos a Recolher	Tributos a Recuperar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	156.601	44.461	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	9.601	-	-
Rede Subterrânea (i)	2.604	-	-	-	2.604	-
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	-	-	488	-
Celos						
Contrib. Mensais, Plano Saúde, outros	-	-	-	-	-	15.763
Em 31 de dezembro de 2018	2.604	156.601	44.461	9.601	3.092	15.763
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	134.347	52.741	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	7.788	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	-	-	-
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	-	-	488	-
Celos						
Contrib. Mensais, Plano Saúde, outros	-	-	-	-	-	9.434
Em 30 de setembro de 2019	-	134.347	52.741	7.788	488	9.434

Notas Explicativas

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/1995, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis. A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos oriundos dos dividendos do exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito. Em 25 de junho de 2019 o direito que a Celesc detinha representava R\$2.623, sendo que esse direito foi quitado com a primeira parcela dos dividendos referente ao exercício de 2018.

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Administradores				
Honorários	4.192	5.200	4.192	5.200
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.596	-	1.596	-
Passivo Atuarial	-	163	-	163
Encargos Sociais	988	1.015	988	1.015
Outros	207	21	207	21
Total	6.983	6.399	6.983	6.399

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Controladas	1.645.014	1.443.925	-	-
Celesc D	1.137.112	981.299	-	-
Celesc G	507.902	462.626	-	-
Controladas em Conjunto	91.625	82.746	91.625	82.746
SCGÁS	91.625	82.746	91.625	82.746
Coligadas	106.410	89.884	175.697	145.917
ECTE	77.246	60.739	77.246	60.739
DFESA	29.164	29.145	29.164	29.145
SPEs	-	-	69.287	56.033
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão p/ Perda no Investimento Cubatão	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
Total	1.843.049	1.616.555	267.322	228.663

a) Informações sobre Investimentos

Controladora						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício/Período
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2018						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	981.299	8.900.025	121.510
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	462.626	665.427	51.242
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Em 30 de setembro de 2019						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.137.112	9.739.251	155.813
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	507.902	690.226	47.710
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	250.109	500.498	42.090
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	327.383	597.180	58.710
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.633	134.033	32.624
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

Notas Explicativas

Descrição						Consolidado
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício/Período
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2018						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	41.201	57.762	2.699
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.660	5.661	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.349	20,43%	20,43%	6.137	6.550	(17)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	46.542	61.780	6.472
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.318	39.802	(1.300)
Garça Branca Energética S.A.	22.228	49,00%	49,00%	36.255	65.845	(2.982)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300	10,00%	10,00%	15.860	1.444.585	3.909
Em 30 de setembro de 2019						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	250.109	500.498	42.090
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	327.383	597.180	58.710
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.633	134.033	32.624
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	41.212	55.359	11
Painel Energética S.A.	-	0,00%	0,00%	5.660	5.661	-
Campo Belo Energética S.A.	-	0,00%	0,00%	6.137	6.550	-
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	51.264	63.516	5.384
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.631	38.827	(187)
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	36.198	64.782	(827)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	47.867	1.493.706	18.552

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2018	981.299	462.626	60.739	82.746	29.145	1.616.555
Dividendos e JCP Creditados	-	(2.434)	(3.402)	-	(7.494)	(13.330)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	155.813	47.710	13.650	9.980	7.513	234.666
Ajuste Adoção Inicial CPC 47(i)	-	-	6.259	-	-	6.259
Em 30 de setembro de 2019	1.137.112	507.902	77.246	91.625	29.164	1.843.049

(i) Efeito Líquido da Adoção Inicial do CPC 47

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2018	60.739	82.746	29.145	56.033	228.663
Integralizações	-	-	-	11.082	11.082
Dividendos e JCP Creditados	(3.402)	-	(7.494)	(172)	(11.068)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.650	9.980	7.513	2.344	33.487
Outros Ajustes	6.259	-	-	-	6.259
Em 30 de setembro de 2019	77.246	91.625	29.164	69.287	267.322

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 30 de setembro de 2019 é de R\$35.970 (R\$37.072 em 31 de dezembro de 2018). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Notas Explicativas

18. IMOBILIZADO

18.1. Composição do Saldo

Descrição	Consolidado						Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento (i)	
Em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.039	550	30.235	160.066
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.109	1.912	30.235	439.220
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.481)	(1.443)	-	(235.268)
Em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.039	550	30.235	160.066
Adições	-	-	-	-	-	1.333	1.333
Baixas Saldo Bruto	-	(806)	(3)	(591)	(46)	-	(1.446)
Baixas Depreciação	-	761	3	471	47	-	1.282
Depreciação	-	(287)	(575)	(2.509)	(82)	-	(3.453)
(+/-) Transferências	-	-	274	3.573	-	(3.847)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de Provisão para Perdas	-	45	-	26	-	-	71
Em 30 de setembro de 2019	3.879	12.232	29.543	84.009	469	27.721	157.853
Custo do Imobilizado	20.202	169.822	50.169	170.562	1.752	27.721	440.228
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.400)	(2.938)	(6.563)	81	-	(43.815)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.190)	(17.688)	(79.990)	(1.364)	-	(238.560)
Em 30 de setembro de 2019	3.879	12.232	29.543	84.009	469	27.721	157.853
Taxa Média de Depreciação	0%	3,16%	2,17%	2,87%	11,71%	0,00%	

(i) No período de janeiro à setembro de 2019 a Companhia concluiu R\$3.847 dos projetos em andamento, estando previsto para o 4º trimestre de 2019 a ativação de R\$2.031.

18.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	0,0
Máquinas e Equipamentos	4,9
Veículos	13,7
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,2
Máquinas e Equipamentos	2,9
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,2
Veículos	1,2
Móveis e Utensílios	1,1

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

Os ativos da Usina Pery, da PCH Celso Ramos e das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, por possuírem contrato de registro.

São ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na referida Resolução.

18.3. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 30 de setembro de 2019:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Reservatórios, Barragens e Adutoras	132.349	133.155
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.935	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.207	48.457
Outros	13.956	14.003
Total	206.447	207.550

19. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019
Ágio Aquisição ECTE(i)	5.949	(377)
		5.572

(i) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Descrição	Contratos de Concessão			Uso do Bem Público			Consolidado
	Celesc D (a)	Software Adquiridos	Ágio	Celesc G (a)	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2018	3.287.592	1.510	5.949	-	70	1.435	3.296.556
Custo Total	4.981.357	6.495	14.248	-	70	1.435	5.003.605
Amortização Acumulada	(1.693.765)	(4.985)	(8.299)	-	-	-	(1.707.049)
Em 31 de dezembro de 2018	3.287.592	1.510	5.949	-	70	1.435	3.296.556
Adições	299.911	-	-	-	-	205	300.116
Baixas	(36.458)	-	-	-	-	-	(36.458)
Amortizações	(163.944)	(567)	(377)	-	-	-	(164.888)
Em 30 de setembro de 2019	3.387.101	943	5.572	-	70	1.640	3.395.326
Custo Total	5.244.810	6.495	14.248	-	70	1.640	5.267.263
Amortização Acumulada	(1.857.709)	(5.552)	(8.676)	-	-	-	(1.871.937)
Em 30 de setembro de 2019	3.387.101	943	5.572	-	70	1.640	3.395.326
Taxa Média de Amortização	4,3%	20%	2,0%	0%	0%	0%	

a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) Provisão para contingências de processos judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado;
- (iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- (v) Ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (vi) CPC 39 – Instrumentos Financeiros no reconhecimento e mensuração do valor novo de remuneração – VNR.
- (vii) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Ativo	693.156	712.532
Passivo	(15.063)	(10.144)
Tributo Diferido Líquido	678.093	702.388

Notas Explicativas

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	30 de	31 de	30 de	31 de	Diferido Líquido	
	setembro	dezembro	setembro	dezembro	setembro	dezembro
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	189.618	201.864	-	-	189.618	201.864
Provisão para Perdas em Ativos	81.001	84.337	-	-	81.001	84.337
Benefício Pós-Emprego	564.563	573.409	-	-	564.563	573.409
Custo Atribuído	-	-	7.879	8.091	(7.879)	(8.091)
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	54.567	56.157	(54.567)	(56.157)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	67.236	69.194	(67.236)	(69.194)
Bonificação de Outorga	-	-	27.107	23.490	(27.107)	(23.490)
Outras Provisões	-	-	300	290	(300)	(290)
	835.182	859.610	157.089	157.222	678.093	702.388

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$266,3 milhões atualizados em setembro/2019 está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Desta forma, o Reajuste Tarifário de 2019 teve a realização financeira no montante de R\$65,7 milhões e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2019 são:

Ano	Consolidado	
	30 de	31 de
	setembro	dezembro
	2019	2018
2019	62.929	95.517
2020	79.749	79.785
2021	66.746	66.804
2022	63.869	63.907
Acima de 2023	561.889	553.597
Total	835.182	859.610

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.628
(-) Baixa do Custo Atribuído	-2.913
(+) Adoção Inicial CPC 48	16.784
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-4.717
Saldo em 31 de dezembro de 2018	26.782
(-) Baixa do Custo Atribuído	-624
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	212
Saldo em 30 de setembro de 2019	26.370

Notas Explicativas

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	704.738
(+) Adição do Passivo Atuarial	232.112
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(78.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	857.932
(+) Adição do Passivo Atuarial	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	857.932

e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e a CSLL	218.265	182.294	345.855	306.319
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(74.210)	(61.980)	(117.591)	(104.148)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	79.787	68.959	11.386	4.035
Benefício Fiscal	-	-	(313)	(66)
Incentivo Fiscal	-	-	2.461	1.784
Provisões Indedutíveis	207	(530)	181	(530)
Multas Indedutíveis	-	-	(5.121)	(4.123)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(5.567)	(6.391)	(5.567)	(6.391)
Participação dos Administradores	(218)	(58)	(254)	(95)
Perdas Não Técnicas	-	-	(12.760)	(14.547)
Outras Adições (Exclusões)	1	-	(12)	56
	-	-	(127.590)	(124.025)
Corrente	-	-	(103.293)	(109.498)
Diferido	-	-	(24.297)	(14.527)
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	36,89%	40,10%

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
IRPJ	-	-	76.474	12.236
CSLL	-	-	29.161	5.064
Total a pagar	-	-	105.635	17.300
(-) Tributos a compensar	(1.983)	(1.925)	(91.744)	(16.696)
Total	(1.983)	(1.925)	13.891	604

21.2. Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
ICMS	-	-	134.347	156.601
PIS e COFINS	4	5	42.492	44.238
Outros	93	81	5.245	5.758
Circulante	97	86	182.084	206.597
(-) Tributos a Compensar	-	-	(1.152.495)	(67.660)
Total	97	86	(970.411)	138.937

Notas Explicativas

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	30 de	31 de
	setembro	dezembro
	2019	2018
Empregados a Disposição	415	1.025
Materiais e Serviços	40	67
Total	455	1.092

Descrição	Consolidado	
	30 de	31 de
	setembro	dezembro
	2019	2018
Energia Elétrica	451.198	456.897
Encargos de Uso da Rede Elétrica	94.614	82.303
Materiais e Serviços	78.510	96.215
Empregados a Disposição	415	1.025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	288.767	370.414
Total	913.504	1.006.854

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT), contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico. Há também as diferenças de preços do PLD nos submercados que levam a impacto no componente TAJ_EF, e acarretam em excedentes financeiros. Ressalta-se que todos estes eventos são compensados por meio do ativo financeiro – CVA e suas variações não trazem impacto ao resultado da Companhia.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e iv) Empréstimos – BID, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D.

Descrição	Taxas de Juros e Comissões (%)	Consolidado	
		30 de	31 de
		setembro	dezembro
		2019	2018
Total moeda nacional		816.285	645.348
Empréstimos Bancários (i)	7,40% a.a.	150.328	301.122
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	301.686	301.725
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a	336.439	-
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	6.188	14.865
Empréstimos Finame (iii)	2,5% a 9,5% a.a.	21.644	27.636
Total moeda estrangeira		329.812	273.453
Empréstimo – BID (iv)	CDI + 0,89% a.a	329.812	273.453
		1.146.097	918.801
Circulante		294.859	321.089
Não Circulante		851.238	597.712

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

Em fevereiro de 2018, foi efetuado junto ao Banco do Brasil a contratação de R\$150 milhões por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação, prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*), foi efetuada no vencimento estabelecido.

Por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, houve a contratação de mais R\$150 milhões junto ao Banco Safra, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação estava prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*). Contudo, em abril de 2019 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para mais 12 meses, sendo mantida a modalidade *bullet* para sua liquidação no final de sua vigência.

Em novembro de 2018, ocorreu a contratação de R\$100 milhões, junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Crédito Bancário, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,25% a.a. exigida trimestralmente. O período de vigência de 24 meses tem previsão de amortização em 4 parcelas trimestrais, com início em fevereiro de 2020 e término em novembro de 2020.

Notas Explicativas

Também em novembro de 2018 e por meio de Cédula de Crédito Bancário, houve a contratação de R\$200 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,3% a.a. exigida mensalmente. O prazo de vigência de 36 meses tem uma carência 18 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais, com início para junho de 2020 e término em novembro de 2021.

Encerrando as contratações classificadas como Empréstimos Bancários, em abril de 2019, foi contratado mais R\$335 milhões junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, com remuneração a taxa equivalente ao CDI + 0,8% a.a. exigida mensalmente. Os prazos de vigência, de carência e de liquidação do principal são idênticos aos descritos no contrato anterior, tendo esse o início da amortização prevista para novembro de 2020 e o final para abril de 2022.

ii) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de Outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491), sendo liberadas duas parcelas no montante total de US\$80.078.631,05 (oitenta milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um dólares americanos e cinco centavos). A primeira liberação ocorreu em 10 de dezembro de 2018 (US\$70.374.302,95) e a segunda em 28 de janeiro de 2019 (US\$9.704.328,10).

O valor total da operação é de US\$276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares americanos) e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante e a taxa de juros é *libor* de 3 meses (*USD-LIBOR 3m*) acrescida de *spread*, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

Em 02 de Maio de 2019, houve opção pela conversão do saldo devedor liberado até o momento, no total de US\$80.078.631,05, e da taxa de juros aplicada ao contrato, que passou a ser de CDI+0,89% a.a. (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essa liberação, não mais havendo, portanto, incidência de variação cambial.

a) Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Nacional		Estrangeira		Consolidado	
	Total		Total		Total	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Ano 2020 – 1T a 3T	-	66.239	-	-	-	66.239
Ano 2020 – 4T	97.608	120.846	-	-	97.608	120.846
Ano 2021	351.849	128.516	-	-	351.849	128.516
Ano 2022	79.107	4.663	-	-	79.107	4.663
Ano 2023	3.260	3.260	-	-	3.260	3.260
Ano 2024	1.139	1.139	15.896	13.634	17.035	14.773
Ano 2025	363	363	302.016	259.052	302.379	259.415
Total	533.326	325.026	317.912	272.686	851.238	597.712

Notas Explicativas

b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	320.322	325.026	645.348
Ingressos	-	335.000	335.000
Encargos Provisionados	47.388	-	47.388
Transferências	126.700	(126.700)	-
Amortizações de Principal	(164.642)	-	(164.642)
Pagamentos de Encargos	(46.809)	-	(46.809)
Saldo em 30 de setembro de 2019	282.959	533.326	816.285

c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro

BID	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	767	272.686	273.453
Ingressos	-	36.562	36.562
Atualização Monetária	-	8.664	8.664
Encargos Provisionados	16.047	-	16.047
Pagamento de Encargos	(4.914)	-	(4.914)
Saldo em 30 de setembro de 2019	11.900	317.912	329.812

24. DEBÊNTURES

24.1. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30.000 (trinta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, no valor de R\$100 milhões cada, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

As três parcelas de amortização foram pagas em seus respectivos vencimentos e foram pagos R\$181,7 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

24.2. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc D

Em 10 de setembro de 2015 a Celesc D emitiu 3.000 (três mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$100 mil, totalizando R\$300 milhões, vencidos em 10 de setembro de 2016. Os recursos dessa emissão também foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondiam a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5%.

A amortização foi prevista em parcela única em seu vencimento, e a remuneração em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir de 10 de outubro de 2015. O contrato foi liquidado em seu vencimento e foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R\$47,4 milhões.

24.3. TERCEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

Notas Explicativas

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 30 de Setembro de 2019, foram pagos R\$18,7 milhões de juros remuneratórios.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

24.4. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc G

A primeira emissão de Debêntures da Celesc G ocorreu em 03 de março de 2016. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões, em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. São nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 1º de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento dessas Debêntures, de 03 de março de 2018 para 1º de junho de 2018.

Os juros remuneratórios para o período entre o primeiro vencimento (inclusive) até o novo vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI *Over*, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 2,5% ao ano (base de 252 dias úteis). Adicionalmente, foi pago aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

A emissão dessas Debêntures foi totalmente liquidada em seu vencimento e, durante o período de sua vigência, foram pagos R\$44,4 milhões de encargos.

24.5. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc G

Uma segunda emissão de Debêntures da Celesc G ocorreu em 1º de junho de 2018, em série única, do tipo simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$150 milhões. Foram emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não devendo ser atualizado monetariamente.

A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e a garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança em favor dos titulares das Debêntures, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da escritura da emissão.

As Debêntures possuem prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão, ou seja, seu vencimento está previsto para 1º de junho de 2023. Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% ao ano, até a data do efetivo pagamento. A amortização vem ocorrendo desde o 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas. Foram pagos, até 30 de setembro de 2019, os montantes de R\$17,6 milhões principal e R\$16,2 milhões de encargos.

Semestralmente, a Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 30 de junho de 2018 apresentou uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tal obrigação.

Notas Explicativas

a) Movimentação das Debêntures

Consolidado	
Descrição	Total
Em 31 de dezembro de 2018	501.262
Ingressos	-
Encargos Provisionados	27.299
Pagamentos Encargos	(28.876)
Pagamento Principal	(117.667)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	882
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	368
Em 30 de setembro de 2019	383.268
Circulante	89.246
Não Circulante	294.022

b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Consolidado	
Descrição	30 de setembro 2019
Ano 2019:	
1T/2019	-
2T/2019	-
3T/2019	-
4T/2019	279
Ano 2020:	
1T/2020	278
2T/2020	278
3T/2020	279
4T/2020	279
Ano 2021 a 2023:	2.755
Total	4.148

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Controladora	
Descrição	
Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2018	39.524
Pagamentos – variações no fluxo de financiamento	(16.945)
Variações não caixa	(2.650)
Saldo Dividendos e JCP (i) em 30 de setembro 2019	19.929

							Consolidado
Descrição	31 de dezembro 2018	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Variações que não afetam o caixa (i)	30 de setembro 2019
Empréstimos e Financiamentos	918.801	371.562	(164.642)	206.920	(51.723)	72.099	1.146.097
Debêntures	501.262	-	(117.667)	(117.667)	(28.876)	28.549	383.268
Dividendos e JCP	39.524	-	(16.945)	(16.945)	-	(2.650)	19.929
Total	1.459.587	371.562	(299.254)	72.308	(80.599)	97.998	1.549.294

(i) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$63.435. Além disso foram provisionados R\$ 8.664 a título de variação cambial. As Debêntures totalizaram R\$28.549, sendo R\$1.250 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas no período de janeiro à setembro de 2019.

(ii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Notas Explicativas

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	1.003	749
Provisão de Férias e Encargos Sociais	689	388
Folha de pagamento Líquida	314	361
Total	1.003	749

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	231.686	208.503
Provisão de Férias e Encargos Sociais	130.929	118.026
PDI (a)	76.277	66.062
Consignações em Favor de Terceiros	4.361	10.126
Provisão PLR	19.672	13.847
Folha de Pagamento Líquida	447	442
Não Circulante	36.382	46.988
PDI (a)	36.382	46.988
Total	268.068	255.491

a) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual) com um custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 realizou desligamentos até julho de 2019 com 315 saídas efetivadas a um custo total de cerca de R\$115 milhões.

Dando continuidade ao planejamento de desligamentos, a Celesc abriu inscrições para a edição de 2019 do programa de desligamento, que conta com mais de 600 empregados inscritos. As inscrições foram homologadas pelo Conselho de Administração da empresa, bem como autorizada a execução orçamentária do plano. Em setembro já foram desligados mais 13 empregados. As saídas deste plano irão até junho de 2020.

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Programa de Eficiência Energética – PEE	185.737	177.217
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	89.293	19.478
Encargo Conta Bandeiras	44.026	7.055
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	104.747	100.399
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	1.631.408	2.069.926
Uso do Bem Público	-	-
Outros (ii)	1.171	1.200
Total	2.056.382	2.375.275
Circulante	1.891.738	2.269.327
Não Circulante	164.644	105.948

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.231 de 25 de abril de 2017, nº 2.510 de 18 de dezembro de 2018 e nº 2.521 de 20 de março de 2019, homologou as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

Notas Explicativas

Descrição	CDE Energia (CONTA-ACR)	Consolidado	
		CDE USO	CDE ENERGIA
De abril de 2019 a agosto de 2019	34.561	-	-
De agosto de 2018 a março de 2019	-	-	23.134
De janeiro de 2019 a março de 2019	-	65.447	-
De abril de 2019 a dezembro de 2019	-	88.581	-

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R\$1.164.387. Em 30 de setembro de 2019 esse saldo passou a ser de R\$135.055.

Os ativos e passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

Parcelamento CDE	Consolidado	
	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673	38.673
CDE a pagar	(1.631.408)	(2.012.487)
Total	(135.055)	(516.134)

A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 e uma despesa financeira de R\$179.481, resultando um valor líquido negativo de R\$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$213.608, no ano de 2018 foi de R\$46.331 e no 3º trimestre de 2019 acumulado foi de R\$14.710.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes. Até 30 de setembro de 2019 a Celesc D pagou R\$1.133.933, sendo R\$1.049.688 de principal e R\$84.245 de juros.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	4.626	3.207	41	41
Cíveis	8.866	6.172	248	147
Regulatórias	8.182	8.182	2.983	5.174
Total	23.791	19.678	4.535	6.625

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Tributárias (i)	3.752	3.745	9.659	9.626
Trabalhistas (ii)	53.776	53.083	63.228	65.850
Cíveis (iii)	96.388	64.262	160.652	136.359
Regulatórias (iv)	46.699	49.260	300.403	425.687
Ambientais (v)	-	-	2.129	2.051
Total	200.615	170.350	536.071	639.573

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2018	19.678	6.625	170.350	639.573
Constituição	4.419	278	118.025	80.114
Atualização Financeira	-	-	-	16.256
Baixas	(306)	(2.368)	(87.760)	(199.872)
Em 30 de setembro de 2019	23.791	4.535	200.615	536.071

Notas Explicativas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de Ação Fiscal nº 0900100-2018-00117-1 desse procedimento em 08 de janeiro de 2019, resultou na lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido Auto de Infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração do processo que está no âmbito administrativo foi classificado como possível, pois os elementos e dados apresentados não foram suficientemente fundamentados na doutrina ou em decisões judiciais favoráveis à entidade fiscal.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela Companhia.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/16 seja revista. Diante do pedido da Celesc D, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Notas Explicativas

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pela ANEEL.

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada. Em Dezembro de 2018 foi atualizado para R\$317.631.

Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes, a partir do Reajuste Tarifário de 2019, no montante de R\$65.768 por processo tarifário. O saldo remanescente permanece como Contingência Regulatória, sendo que o saldo em Setembro de 2019 atualizado é R\$266.346.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Recentemente foi proferida sentença de mérito, que ainda se encontra pendente de publicação. Sequencialmente, a Celesc D ingressará com os recursos necessários a fim de manter a liminar deferida e a discussão meritória da ação.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

b) Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Tributárias (i)	311.090	311.229
Trabalhistas (ii)	14.846	12.524
Cíveis (iii)	252.552	199.603
Regulatórias (iv)	148.732	144.322
Ambientais (v)	47.162	47.247
Total	774.382	714.925

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de Ação Fiscal nº 0900100-2018-00117-1 desse procedimento em 08 de janeiro de 2019, resultou na lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido Auto de Infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração do processo que está no âmbito administrativo foi classificado como possível, pois os elementos e dados apresentados não foram suficientemente fundamentados na doutrina ou em decisões judiciais favoráveis à entidade fiscal.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

Notas Explicativas

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários	967.324	1.024.255
Plano Misto/Transitório (a)	967.324	1.024.255
Outros Benefícios a Empregados	970.776	980.718
Plano Celos Saúde (b)	916.718	926.828
Outros Benefícios (c)	54.058	53.890
Total	1.938.100	2.004.973
Circulante	160.437	162.776
Não Circulante	1.777.663	1.842.197

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

Notas Explicativas

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869
Custo do Serviço Corrente Líquido	(47.069)	(21.957)	(23.466)	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	141.930	73.862	59.481	862	4.595
Benefícios Pagos no Período	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(4.660)
Ganhos/(Perdas) nas Obrigações Atuarias	259.183	(70.182)	272.259	(7.265)	8.086
Saldo 31 de dezembro de 2018	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890

b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2017	683.975	495.873	652.231	30	45.869
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.440.573)	(321.096)	(30.885)	(9.655)	-
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890
Efeito do Teto de Ativos e Passivos Adic. Fim do Período	-	-	-	7.634	-
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2018	650.262	373.993	926.828	-	53.890

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.186.999	280.082	47.880	8.685	1.523.646
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(319.259)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	71.524
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	66.730	59.736	40.716	-	167.182
Rendimentos Esperados do Ativos	90.044	26.660	-	-	116.704
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	230.983	17.207	(7.039)	1.261	242.412
Saldo 31 de dezembro de 2018	1.440.573	321.096	30.885	9.655	1.802.209

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Plano Transitório	12.595	18.933
Plano Misto	26.925	3.612
Plano Médico	25.058	27.011
Outros	3.621	4.093
Total	68.199	53.649
Despesa Pessoal	39.664	19.384
Despesa Financeira	28.535	34.265
Total	68.199	53.649

e) Despesa Estimada para o Exercício de 2019

A estimativa da despesa para o exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser Reconhecida em 2019 (Reapresentado)
Plano Transitório	16.793
Plano Misto	35.901
Plano Pecúlio	117
Plano Médico	33.410
Outros	4.711
Total	90.932

Notas Explicativas

f) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Consolidado			
	Plano Misto/Transitório	Plano Celos Saúde	Outros Benefícios	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.024.255	926.828	53.890	2.004.973
Pagamento	(96.451)	(35.168)	(3.453)	(135.072)
Provisão	39.520	25.058	3.621	68.199
Saldo em 30 de setembro de 2019	967.324	916.718	54.058	1.938.100

28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R\$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R\$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumprе salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$842.638 em 30 de setembro de 2019 e R\$842.226 em 31 de dezembro de 2018, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Custo Atribuído – Celesc G	15.294	15.706
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(857.932)	(857.932)
Total	(842.638)	(842.226)

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do Lucro por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2019 e de 2018 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de setembro de 2019 e 2018, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas

Nos períodos de 30 de setembro de 2019 e de 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no Lucro/(Prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

Descrição	Controladora	
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	5,3397	4,4597
Ações Preferenciais Nominativas – PN	5,8737	4,9056
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	82.910	69.246
Ações Preferenciais Nominativas – PN	135.355	113.048
	218.265	182.294

e) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2019	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2019 à 14.05.2020	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, são as seguintes:

Notas Explicativas

30 de setembro de 2019					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	5.837.083	108.407	(4.013)	5.941.477
Custo das Vendas	-	(5.155.688)	(25.138)	4.013	(5.176.813)
Resultado Operacional Bruto	-	681.395	83.269	-	764.664
Despesas com Vendas	-	(159.684)	(807)	-	(160.491)
Despesas Gerais e Administrativas	(17.636)	(251.197)	(11.463)	-	(280.296)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	529	46.824	(356)	-	46.997
Resultado de Equivalência Patrimonial	234.666	-	2.344	(203.523)	33.487
Resultado das Atividades	217.559	317.338	72.987	(203.523)	404.361
Receitas Financeiras	760	189.412	7.931	(5.652)	192.451
Despesas Financeiras	(54)	(246.613)	(9.942)	5.652	(250.957)
Resultado Financeiro, líquido	706	(57.201)	(2.011)	-	(58.506)
Lucro antes IRPJ e CSLL	218.265	260.137	70.976	(203.523)	345.855
IRPJ e CSLL	-	(104.324)	(23.266)	-	(127.590)
Lucro Líquido do Período	218.265	155.813	47.710	(203.523)	218.265
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.051.631	9.739.251	690.226		
Total dos Passivos	26.224	8.602.139	182.324		

30 de setembro de 2018					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	-	5.851.375	125.007	(3.667)	5.972.715
Custo das Vendas	-	(5.282.337)	(35.033)	3.667	(5.313.703)
Resultado Operacional Bruto	-	569.038	89.974	-	659.012
Despesas com Vendas	-	(159.991)	(12.768)	-	(172.759)
Despesas Gerais e Administrativas	(19.805)	(193.580)	(8.579)	-	(221.964)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.605)	48.057	(106)	-	46.346
Resultado de Equivalência Patrimonial	202.821	-	558	(191.512)	11.867
Resultado das Atividades	181.411	263.524	69.079	(191.512)	322.502
Receitas Financeiras	1.007	177.055	6.305	(3.667)	180.700
Despesas Financeiras	(124)	(189.732)	(10.694)	3.667	(196.883)
Resultado Financeiro, líquido	883	(12.677)	(4.389)	-	(16.183)
Lucro antes IRPJ e CSLL	182.294	250.847	64.690	(191.512)	306.319
IRPJ e CSLL	-	(102.323)	(21.702)	-	(124.025)
Lucro Líquido do Período	182.294	148.524	42.988	(191.512)	182.294
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.029.199	8.380.858	663.532		
Total dos Passivos	18.797	7.190.492	196.991		

31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Receita Operacional Bruta – ROB	9.724.854	9.581.735
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.202.895	5.020.493
Fornecimento não faturado	(125.718)	22.701
Suprimento de Energia Elétrica (a)	359.349	287.573
Suprimento não faturado	(78)	6.812
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	3.069.090	2.322.557
Atualização VNR	2.915	3.013
Receita Financeira (a)	30.504	32.316
Renda de Prestação de Serviços	2.074	1.939
Energia Elétrica de Curto Prazo	422.574	394.883
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(182.171)	568.613
Outras Receitas Operacionais	13.375	11.559
Doações e Subvenções (ii)	551.859	601.317
Receita de construção	378.186	307.959
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.783.377)	(3.609.020)
ICMS	(1.768.888)	(1.555.331)
PIS	(153.864)	(152.013)
COFINS	(708.706)	(700.183)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.046.521)	(1.081.645)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(28.027)	(28.459)
Programa Eficiência Energética – PEE	(27.355)	(27.750)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(5.535)	(5.233)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(770)	(625)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(43.711)	(57.781)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.941.477	5.972.715

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica. (ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no período de janeiro à setembro de 2019 foi de R\$480.825. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$7.953, fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$31.300 e diferença de reembolso CDE em R\$ 31.781.

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de Setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Residencial	2.382.161	2.316.851	4.580.663	4.314.636	3.059.843	2.704.863
Industrial	110.020	106.461	7.876.418	7.657.885	1.270.347	1.436.669
Comercial	277.340	268.797	3.258.954	3.089.486	1.796.508	1.660.035
Rural	233.727	234.580	920.913	1.102.829	416.974	446.522
Poder Público	23.193	23.069	337.490	329.829	228.940	212.649
Iluminação Pública	840	786	490.832	487.962	201.625	193.043
Serviço Público	3.485	3.366	274.332	270.555	156.641	146.265
Reclassif. Receita Disp. Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(2.053.701)	(1.756.852)
Total do Fornecimento	3.030.766	2.953.910	17.739.602	17.253.182	5.077.177	5.043.194
Suprimento de Energia	103	93	2.061.126	1.769.673	359.271	294.385
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	30.504	32.316
Total	3.030.869	2.954.003	19.800.728	19.022.855	5.466.952	5.369.895

(i) Informações não auditadas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30 de setembro de 2019	
				Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.485.057	-	-	-	3.485.057
Encargos de Uso da Rede Elétrica	630.204	-	-	-	630.204
Proinfa	139.644	-	-	-	139.644
Pessoal (b)	287.159	139.354	47.141	11.979	485.633
Administradores	-	6.983	-	-	6.983
Despesa Atuarial	-	39.664	-	-	39.664
Entidade de Previdência Privada (b)	12.801	5.581	1.993	-	20.375
Material	7.412	5.089	-	-	12.501
Custo de Construção	378.186	-	-	-	378.186
Custos e Serviços de Terceiros	79.731	56.296	42.916	699	179.642
Depreciação e Amortização	148.658	19.306	-	1.478	169.442
Provisões Líquidas	-	-	17.603	14.993	32.596
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	117	117
Arrendamentos e Aluguéis	1.478	14.488	531	(92.604)	(76.107)
Outros Custos e Despesas (c)	6.483	(6.465)	50.307	16.341	66.666
Total	5.176.813	280.296	160.491	(46.997)	5.570.603

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	30 de setembro de 2018	
				Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total (Reapresentado)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.698.757	-	-	-	3.698.757
Encargos de Uso da Rede Elétrica	709.937	-	-	-	709.937
Proinfa	118.580	-	-	-	118.580
Pessoal (b)	251.786	106.677	43.980	8.215	410.658
Administradores	-	6.399	-	-	6.399
Despesa Atuarial	-	19.384	-	-	19.384
Entidade de Previdência Privada (b)	13.925	5.142	2.093	-	21.160
Material	6.265	4.258	-	-	10.523
Custo de Construção	307.959	-	-	-	307.959
Custos e Serviços de Terceiros	59.058	54.770	39.650	537	154.015
Depreciação e Amortização	141.597	17.573	-	1.478	160.648
Provisões Líquidas	-	-	39.721	27.928	67.649
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	130	130
Arrendamentos e Aluguéis	1.536	12.417	492	(85.458)	(71.013)
Outros Custos e Despesas (c)	4.303	(4.656)	46.823	824	47.294
Total	5.313.703	221.964	172.759	(46.346)	5.662.080

Notas Explicativas

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de setembro 2019	GWh (i)	30 de setembro 2018 (Reclassificado)	GWh (i)
Aliança Geração de Energia S.A.	38.397	205	37.948	204
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	646.012	2.777	601.089	2.822
Engie Brasil Energia Comercializadora.	220.101	965	209.233	958
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	20.427	207	30.791	207
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	167.063	1.362	297.768	1.362
Companhia Energética de Petrolina – CEP	23.253	150	51.540	150
Serra do Facão Energia S.A.	15.368	69	14.758	69
Furnas Centrais Elétricas S.A.	94.404	819	87.092	764
Cemig Geração e Transmissão S.A.	120.970	514	118.372	673
Companhia Energética Potiguar	12.775	100	15.149	100
Delta Comercializado de Energia	11.379	57	1.830	9
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	10.095	32	5.600	28
Companhia Hidreletrica Teles Pires	9.581	112	9.146	112
Companhia Energética de São Paulo – CESP	46.777	213	44.468	211
UHE São Simão Energia S.A.	32.642	240	35.175	127
Energética Suape II S.A.	19.819	152	46.749	152
Eletrobras Termonuclear S.A.	120.614	522	119.045	527
Porto do Pecem Geração de Energia	67.228	353	101.095	353
Foz do Chapecó Energia S.A.	33.340	148	31.925	148
Companhia Energética Estreito	31.590	146	30.030	145
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	30.242	133	-	-
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	28.759	181	36.487	181
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	8.187	37	7.931	37
Companhia Energética Jaguará	7.427	52	7.665	47
Linhares Geração S.A.	7.843	25	9.647	25
EOL São Clemente	7.843	49	-	-
Rio PCHI S.A.	8.736	39	8.375	39
Rio Paraná Energia S.A.	64.602	403	56.314	360
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	7.935	37	7.528	37
Empresa Energética Porto das Pedras	8.344	37	7.916	37
Açucareira Quata	8.048	50	-	-
ENEL Greem Power Mourão S.A.	8.349	40	6.782	33
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	14.710	104	10.579	73
Ventos de Santo Antonio Geradora	13.701	-	1.496	10
Norte Energia S/A	108.054	924	100.646	924
Cia Hidro Elétrica do Sao Francisco – Chesf	56.159	1.122	38.070	1.003
Santo Antônio Energia S.A.	128.764	955	65.200	507
Outros	247.865	1.682	207.249	1.678
	2.507.403	15.013	2.460.688	14.110
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	977.654	(898)	1.238.069	(407)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	630.204	-	709.937	-
Proinfa	139.644	280	118.580	275
Recuperação de Custos	-	-	-	-
	1.747.502	(618)	2.066.586	(132)
	4.254.905	14.395	4.527.274	13.978

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Pessoal				
Remunerações	6.713	9.594	217.490	214.084
Encargos Sociais	208	210	83.325	80.293
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	27.887	24.608
Benefícios Assistenciais	-	-	45.406	28.530
Provisões e Indenizações	12	63	111.356	63.073
Outros	104	45	169	70
Entidade de Previdência Privada	-	12	20.375	21.160
Total	7.037	9.924	506.008	431.818

Notas Explicativas

c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171/2017, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor Arcelormittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

A Eletrosul optou pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, havendo a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei Federal nº 12.783/2013 e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor Arcelormittal.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R\$9.573 mil em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R\$46.733, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R\$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Até 30 de setembro de 2019 foi recebido R\$27.413, permanecendo um saldo de R\$20.455.

31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora			Consolidado
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018 (Reapresentado)
Receitas Financeiras	760	1.007	192.451	180.700
Renda de Aplicações Financeiras	755	972	22.099	12.922
Acréscimos Moratórios s/Faturas de Energia Elétrica	-	-	87.085	68.254
Variações Monetárias	-	-	56.520	16.994
Atualização Monetária s/Ativos Regulatórios	-	-	31.066	87.173
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	-
Deságio Fornecedor	-	-	72	95
Desvalorização Cambial s/Energia Comprada	-	-	-	-
Renda de Dividendos	4	3	4	3
Reversão da Provisão para Perdas de Ativo Financeiro	-	-	216	80
Outras Receitas Financeiras	32	87	4.218	4.254
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(31)	(55)	(8.829)	(9.075)
Despesas Financeiras	(54)	(124)	(250.957)	(196.883)
Encargos de Dívidas	-	-	(89.032)	(26.169)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(28.535)	(34.265)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(4.399)	(3.779)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	-	-
Variações Monetárias	-	(3)	(51.238)	(770)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(12.511)	(11.947)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(37.305)	(48.562)
Atualização CDE	-	-	(14.710)	(37.779)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(10.668)	(22.237)
Outras Despesas Financeiras	(54)	(121)	(2.559)	(11.375)
Resultado Financeiro	706	883	(58.506)	(16.183)

Notas Explicativas

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	3.731.538	4.237.296
Caixa e Equivalentes de Caixa	466.036	631.262
Contas a Receber de Clientes	1.375.537	1.575.606
Estoques	15.505	8.488
Tributos a Recuperar	114.589	61.160
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.510.759	1.511.003
Ativo Financeiro – CVA	-	226.737
Outros	249.112	223.040
Não Circulante	6.007.713	4.689.251
Realizável a Longo Prazo	2.620.612	1.401.659
Contas a Receber de Clientes	51.173	51.634
Tributos Diferidos	693.156	712.532
Tributos a Recuperar	1.117.800	19.319
Depósitos Judiciais	176.455	150.318
Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	485.060	438.609
Ativo Financeiro – CVA	92.608	26.522
Outros	4.360	2.725
Intangível	3.387.101	3.287.592
Total do Ativo	9.739.251	8.926.547
Passivo	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	3.967.018	4.472.487
Fornecedores	910.866	1.003.457
Empréstimos Moeda Nacional	282.959	320.322
Empréstimos Moeda Estrangeira	11.900	767
Debêntures	53.595	104.425
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	230.734	207.892
Tributos a Recolher	267.719	207.393
Dividendos Propostos	14.429	28.859
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	-	92.385
Taxas Regulamentares	1.891.030	2.269.081
Partes Relacionadas	9.434	15.763
Passivo Atuarial	160.386	162.638
Passivo Financeiro – CVA	79.043	-
Outros	54.923	59.505
Não Circulante	4.635.121	3.472.761
Empréstimos Moeda Nacional	533.326	325.026
Empréstimos Moeda Estrangeira	317.912	272.686
Debêntures	198.270	248.018
Taxas Regulamentares	162.216	103.411
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	36.382	46.988
Passivo Atuarial	1.777.663	1.842.197
Provisão para Contingências	530.318	631.959
Passivo Financeiro – CVA	-	-
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.076.558	-
Outros	2.476	2.476
Patrimônio Líquido	1.137.112	981.299
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	785.641	785.641
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(857.932)	(857.932)
Lucros Acumulados	155.813	-
Total do Passivo	9.739.251	8.926.547

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R\$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal, juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

Os recursos têm a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante da situação conjuntural desfavorável por que vem passando o setor de distribuição de energia elétrica, bem como, a utilização como empréstimo ponte até a liberação dos recursos do BID no Programa de Infraestrutura Energética da Celesc D. O mútuo foi totalmente liquidado no seu vencimento e, durante o período de sua vigência, foram reconhecidos R\$8,0 milhões de encargos.

Notas Explicativas

32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.837.083	5.851.375
Receita de Serviço de Energia Elétrica	5.458.897	5.543.416
Receita de Construção	378.186	307.959
Custos Operacionais	(5.155.688)	(5.282.337)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(4.777.502)	(4.974.378)
Custo de Construção	(378.186)	(307.959)
Lucro Bruto	681.395	569.038
Despesas Operacionais	(364.057)	(305.514)
Despesas com Vendas	(159.684)	(159.991)
Despesas Gerais e Administrativas	(251.197)	(193.580)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	46.824	48.057
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	317.338	263.524
Resultado Financeiro	(57.201)	(12.677)
Receitas Financeiras	189.412	177.055
Despesas Financeiras	(246.613)	(189.732)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	260.137	250.847
IRPJ e CSLL	(104.324)	(102.323)
Corrente	(84.947)	(88.324)
Diferido	(19.377)	(13.999)
Lucro Líquido do Período	155.813	148.524

32.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2019	31 de setembro 2018
Receita Operacional Bruta – ROB	9.608.676	9.447.474
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.179.301	4.993.762
Fornecimento Não Faturado	(124.764)	21.216
Suprimento de Energia Elétrica (a)	294.450	218.903
Ativos e Passivos Financeiros	(182.171)	568.613
Disponibilização da Rede Elétrica	3.070.877	2.324.310
Energia de Curto Prazo	422.574	394.883
Doações e Subvenções	551.859	601.317
Receita de Construção	378.186	307.959
Atualização Ativo Financeiro – VNR	2.915	3.013
Outras Receitas Operacionais	15.449	13.498
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.771.593)	(3.596.099)
ICMS	(1.768.888)	(1.555.331)
PIS	(152.056)	(149.982)
COFINS	(700.380)	(690.827)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.046.521)	(1.081.645)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(27.355)	(27.750)
Programa Eficiência Energética – PEE	(27.355)	(27.750)
Taxa de Fiscalização	(5.328)	(5.033)
Outros Encargos	(43.710)	(57.781)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.837.083	5.851.375

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Residencial	2.382.161	2.316.851	4.580.663	4.314.636	3.059.843	2.704.863
Industrial	110.012	106.452	7.798.262	7.551.303	1.253.832	1.414.488
Comercial	277.339	268.796	3.219.899	3.048.690	1.790.383	1.654.000
Rural	233.727	234.580	920.913	1.102.829	416.974	446.522
Poder Público	23.193	23.069	337.490	329.829	228.940	212.649
Iluminação Pública	840	786	490.832	487.962	201.625	193.043
Serviço Público	3.485	3.366	274.332	270.555	156.641	146.265
Reclassif. Receita Disp. Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(2.053.701)	(1.756.852)
Total do Fornecimento	3.030.757	2.953.900	17.622.391	17.105.804	5.054.537	5.014.978
Suprimento de Energia	51	47	1.654.101	1.375.302	294.450	218.903
Total	3.030.808	2.953.947	19.276.492	18.481.106	5.348.987	5.233.881

(i) Informações não auditadas

32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	30 de setembro de 2019	
				Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.242.751	-	-	-	4.242.751
Pessoal	286.425	123.610	46.421	11.979	468.435
Despesa Atuarial	-	39.664	-	-	39.664
Entidade Previdência Privada	12.801	5.581	1.993	-	20.375
Material	7.225	4.992	-	-	12.217
Custo de Construção	378.186	-	-	-	378.186
Custos e Serviços de Terceiros	74.829	51.955	42.460	699	169.943
Depreciação e Amortização	145.305	18.639	-	-	163.944
Provisões Líquidas	-	-	18.108	20.274	38.382
Outros Custos e Despesas	8.166	6.756	50.702	(79.776)	(14.152)
Total	5.155.688	251.197	159.684	(46.824)	5.519.745

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	30 de setembro de 2018 (Reapresentado)	
				Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.505.991	-	-	-	4.505.991
Pessoal	249.362	90.884	43.551	8.215	392.012
Despesa Atuarial	-	19.384	-	-	19.384
Entidade Previdência Privada	13.925	5.130	2.093	-	21.148
Material	5.985	4.214	-	-	10.199
Custo de Construção	307.959	-	-	-	307.959
Custos e Serviços de Terceiros	54.931	50.400	39.243	537	145.111
Depreciação e Amortização	138.063	16.872	-	-	154.935
Provisões Líquidas	-	-	27.838	27.814	55.652
Outros Custos e Despesas	6.121	6.696	47.266	(84.623)	(24.540)
Total	5.282.337	193.580	159.991	(48.057)	5.587.851

Notas Explicativas

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	201.335	99.344
Caixa e Equivalentes de Caixa	144.560	50.035
Contas a Receber de Clientes	16.099	17.301
Estoques	119	148
Tributos a Recuperar	8.065	179
Despesas Antecipadas	191	134
Dividendos a Receber	-	89
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	32.299	31.433
Outros	2	25
Não Circulante	488.891	566.083
Realizável a Longo Prazo	259.117	347.006
Tributos a Recuperar	1.802	1.773
Depósitos Judiciais	369	354
Partes Relacionadas	488	92.873
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	254.037	249.585
Outros	2.421	2.421
Investimentos	69.287	56.033
Imobilizado	157.834	160.029
Intangível	2.653	3.015
Total do Ativo	690.226	665.427
Passivo	30 de setembro 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	67.863	67.276
Fornecedores	2.836	3.544
Debêntures	35.651	26.964
Tributos a Recolher	19.902	16.418
Taxas Regulamentares	708	246
Partes Relacionadas	1.387	872
Dividendos Propostos	7.302	19.147
Outros	77	85
Não Circulante	114.461	135.525
Tributos Diferidos	15.063	10.144
Debêntures	95.752	121.855
Provisão para Contingências	1.218	989
Taxas Regulamentares	2.428	2.537
Patrimônio Líquido	507.902	462.626
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	194.486	196.920
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.294	15.706
Lucros Acumulados	48.122	-
Total do Passivo	690.226	665.427

33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Receita Operacional Líquida – ROL	108.407	125.007
Receitas de Vendas e Serviços	108.407	125.007
Custos Operacionais	(25.138)	(35.033)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(25.138)	(35.033)
Lucro Bruto	83.269	89.974
Despesas Operacionais	(10.282)	(20.895)
Despesas com Vendas	(807)	(12.769)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.463)	(8.579)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(356)	(105)
Resultado da Equivalência Patrimonial	2.344	558
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	72.987	69.079
Resultado Financeiro	(2.011)	(4.389)
Receitas Financeiras	7.931	6.305
Despesas Financeiras	(9.942)	(10.694)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	70.976	64.690
IRPJ e CSLL	(23.266)	(21.702)
Corrente	(18.346)	(21.174)
Diferido	(4.920)	(528)
Lucro Líquido do Período	47.710	42.988

Notas Explicativas

33.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Receita Operacional Bruta – ROB	120.191	137.928
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	16.515	22.181
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	6.125	6.035
Suprimento de Energia Elétrica (a)	54.236	58.760
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	12.811	18.636
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	30.504	32.316
Deduções da Receita Operacional	(11.784)	(12.921)
PIS	(1.808)	(2.031)
COFINS	(8.327)	(9.356)
Taxa Fiscalização ANEEL – TFSEE	(207)	(200)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(672)	(709)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(770)	(625)
Receita Operacional Líquida – ROL	108.407	125.007

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018	30 de setembro 2019	30 de setembro 2018
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	8	9	78.156	106.582	16.515	22.181
Comercial, Serviços e Outros	1	1	39.055	40.796	6.125	6.035
Suprimento de Energia	52	46	367.498	376.575	54.236	58.760
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	39.527	17.795	12.811	18.636
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	30.504	32.316
Total	61	56	524.236	541.749	120.191	137.928

(i) Informações não auditadas

33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	30 de setembro de 2019	
				Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	14.380	-	-	-	14.380
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.787	-	-	-	1.787
Pessoal	734	8.707	720	-	10.161
Material	187	97	-	-	284
Custos e Serviços de Terceiros	4.902	1.510	456	-	6.868
Depreciação e Amortização	3.353	649	-	-	4.002
Seguros	172	-	-	-	172
Provisões Líquidas	-	-	(505)	(3.192)	(3.697)
Tributos	(226)	90	136	-	-
Aluguéis	-	335	-	-	335
Doações	-	-	-	117	117
Outros Custos e Despesas	(151)	75	-	3.431	3.355
Total	25.138	11.463	807	356	37.764

Notas Explicativas

Descrição	30 de setembro de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	23.197	-	-	-	23.197
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.753	-	-	-	1.753
Pessoal	2.424	5.881	429	-	8.734
Material	280	44	-	-	324
Custos e Serviços de Terceiros	4.127	1.532	407	-	6.066
Depreciação e Amortização	3.534	698	-	-	4.232
Seguros	213	1	-	-	214
Provisões Líquidas	-	-	11.884	(13)	11.871
Tributos	(259)	189	49	-	(21)
Aluguéis	-	223	-	-	223
Doações	-	-	-	130	130
Outros Custos e Despesas	(236)	11	-	(12)	(237)
Total	35.033	8.579	12.769	105	56.486

34. EVENTO SUBSEQUENTE

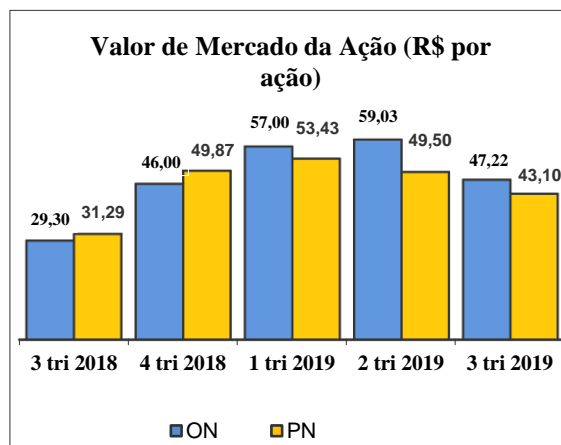
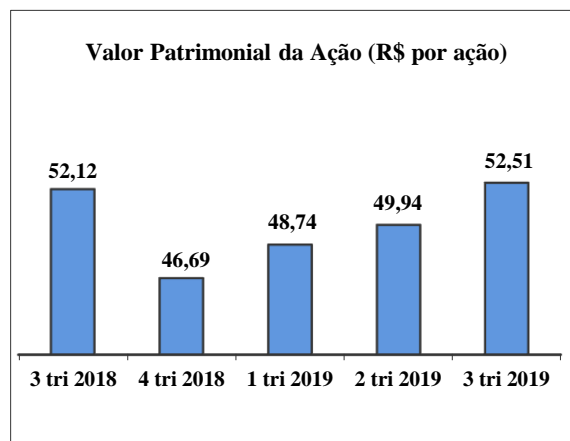
Em 07 de Outubro de 2019, ocorreu a terceira e mais recente internalização de recursos da operação de crédito externo, que a Celesc D firmou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, descrita na Nota 23, Item iv, no valor de US\$26.210.755,00 (vinte e seis milhões, duzentos e dez mil e setecentos e cinquenta e cinco dólares americanos). Assim como nas anteriores, também optou-se pela conversão do saldo liberado à taxa de juros nacional, atrelada ao CDI, ficando em CDI+0,935% a.a. (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essa liberação, com vistas a não haver incidência de variação cambial nesse financiamento.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

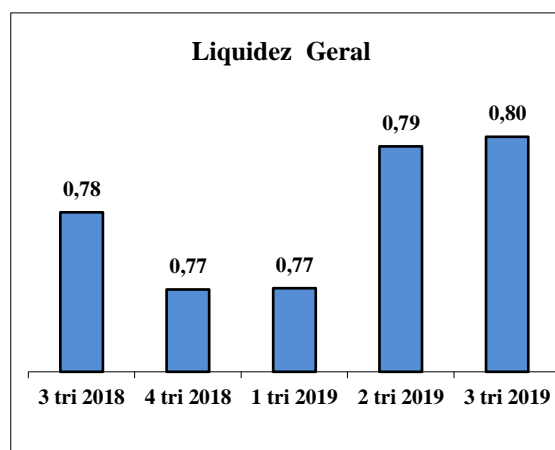
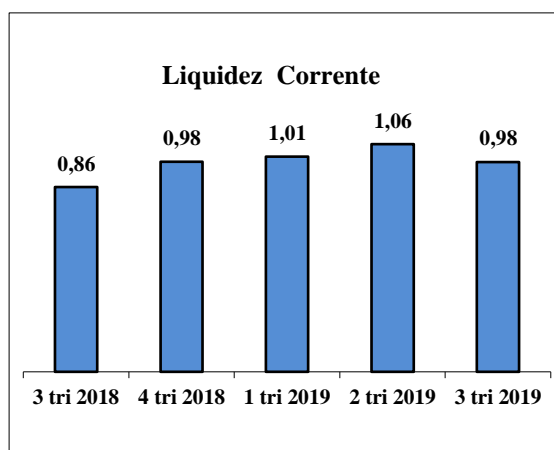
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não Auditadas)

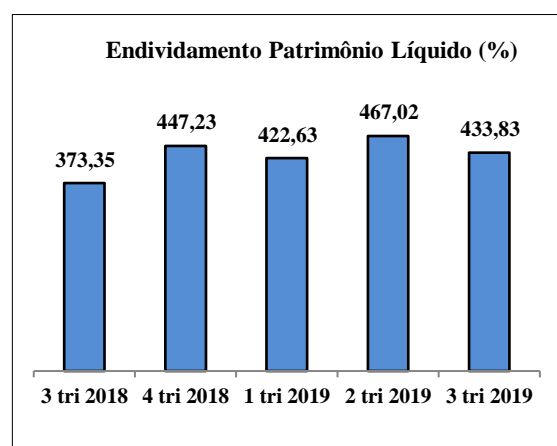
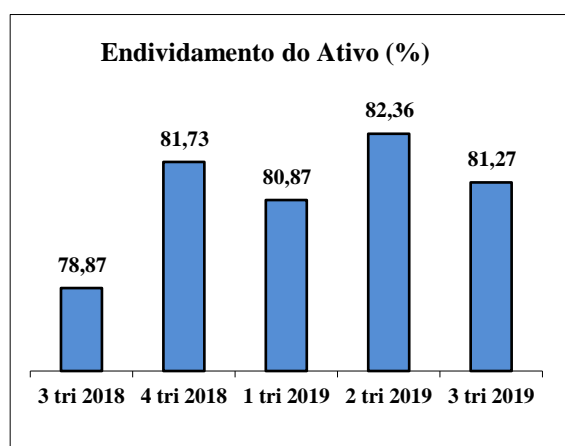
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

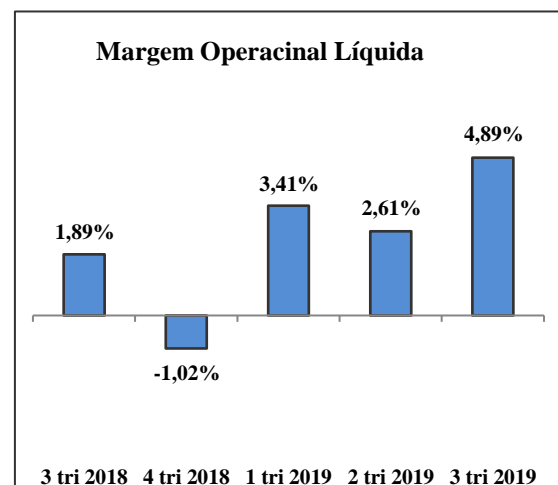
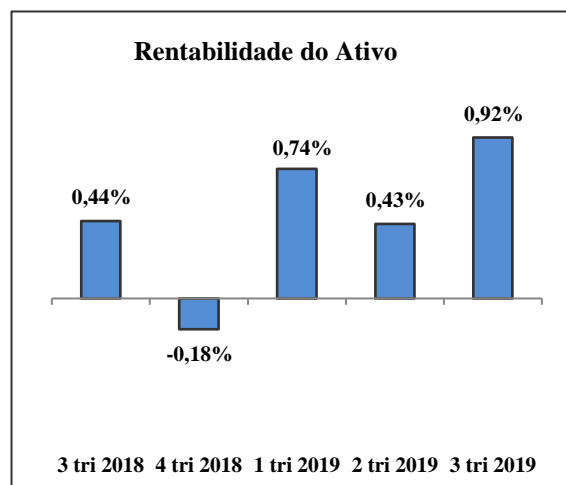
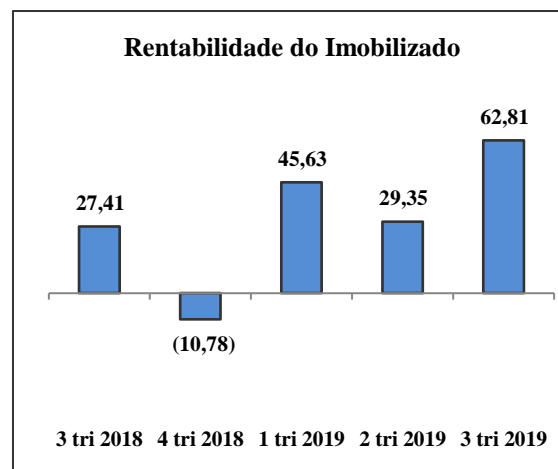
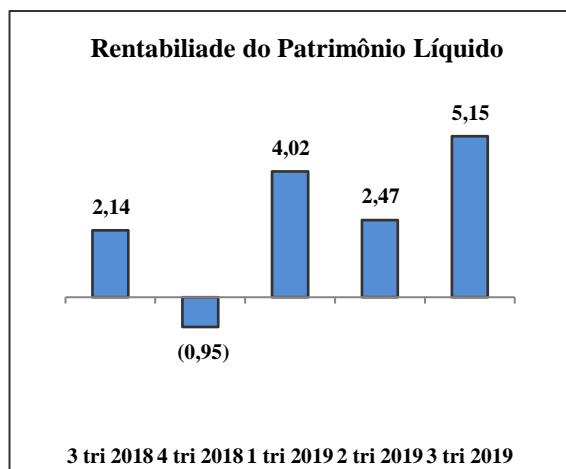


1.3. Endividamento

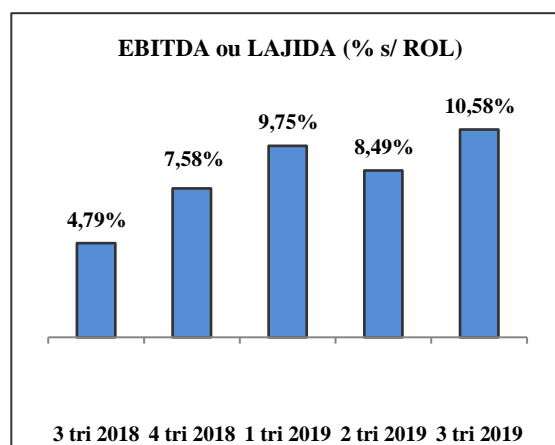
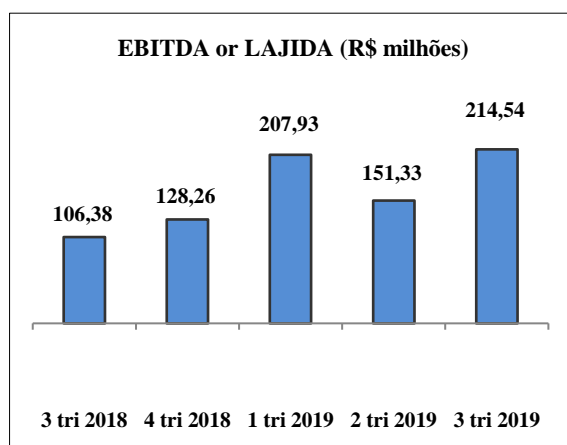


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

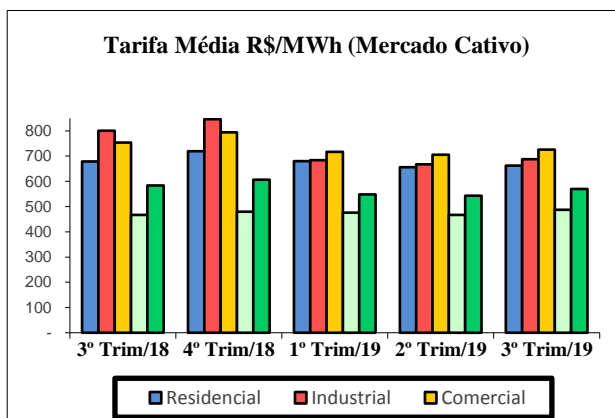
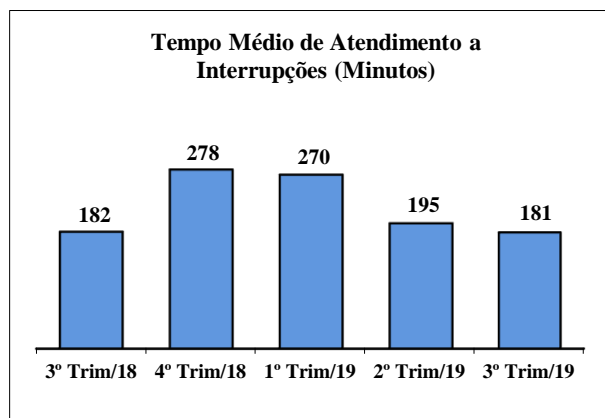
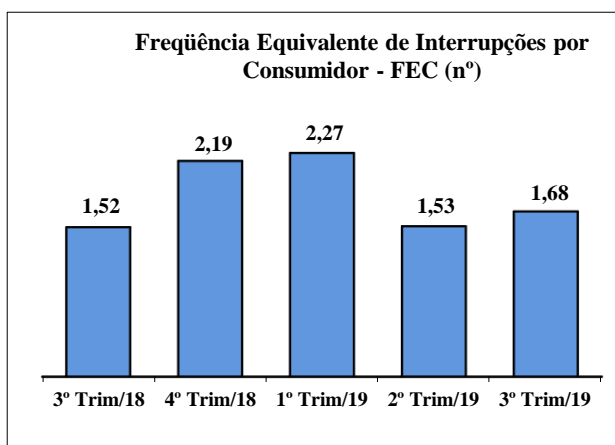
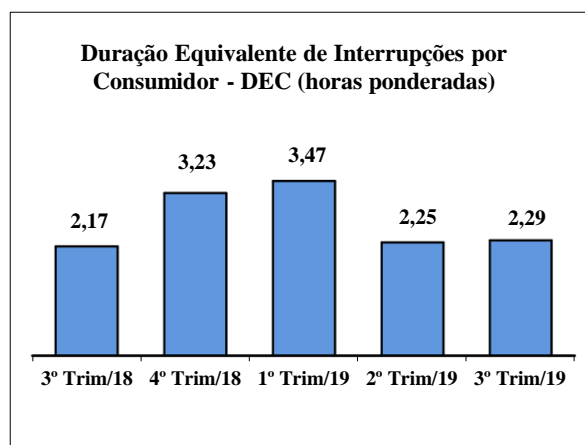
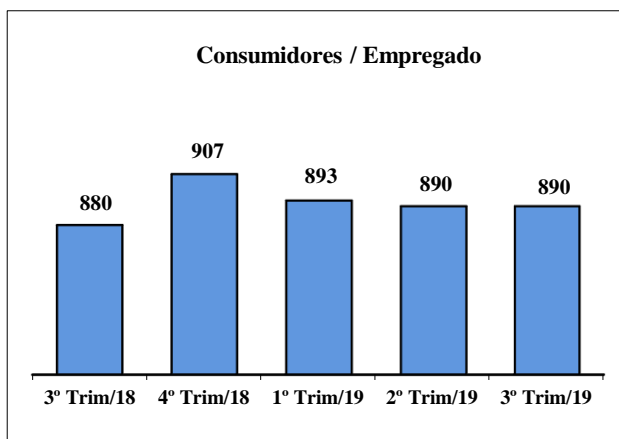
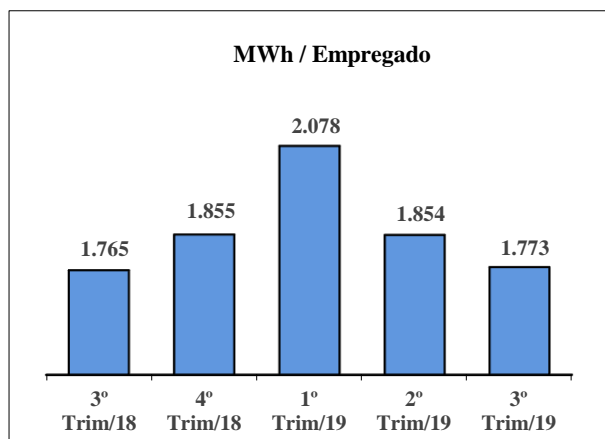


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 14 de novembro de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa

Contador CRC 1SP 236051/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8